



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARCELA LÍVIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

**O LOBBY JUDEU NOS ESTADOS UNIDOS E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE O
PROCESSO DE PAZ ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES**

**JOÃO PESSOA
2016**

MARCELA LÍVIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

**O LOBBY JUDEU NOS ESTADOS UNIDOS E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE O
PROCESSO DE PAZ ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Paula Maielo Silva.

JOÃO PESSOA
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R696l Rodrigues, Marcela Livia de Vasconcelos
O lobby judeu nos Estados Unidos e sua influência sobre o
processo de paz entre palestinos e israelenses [manuscrito] /
Marcela Livia de Vasconcelos Rodrigues. - 2016.
53 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva,
Departamento de Relações Internacionais".

1. Lobby judeu. 2. Estados Unidos. 3. Israel. I. Título.

21. ed. CDD 327.73

MARCELA LÍVIA DE VASCONCELOS RODRIGUES

O LOBBY JUDEU NOS ESTADOS UNIDOS E A SUA INFLUÊNCIA SOBRE O PROCESSO
DE PAZ ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 28 / 10 / 2016 ..

Ana Paula Maielo Silva

Ana Paula Maielo Silva/UEPB
Orientador(a)

Gabriela Gonçalves Barbosa

Gabriela Gonçalves Barbosa/UEPB
Examinador(a)

Paulo Roberto Loyola Kuhnmann

Paulo Roberto Loyola Kuhnmann/UEPB
Examinador(a)

Agentes de Israel são estudantes ferrenhos do sistema dos Estados Unidos e trabalham com objetivo de conseguir vantagens para o Estado judeu. Além de obterem informações secretas através de operações clandestinas, eles aplicam abertamente e efetivamente, pressão nos escritórios do ramo executivo (FINDLEY, P. They Dare to Speak Out: People and Institutions Confront Israel's Lobby. Chicago; 2003 p.153)

RESUMO

Dentre os vários países do Oriente Médio, Israel é o que mantém relação mais estreita com os Estados Unidos da América, em termos econômicos, financeiros e diplomáticos. Foi durante a Guerra Fria que o Estado judeu tornou-se o maior beneficiário da política externa estadunidense em sua região. Todavia, essa aliança se desenvolveu desde os antecedentes da formação do Estado de Israel. Naquele momento, o movimento sionista americano infiltrou-se nas instituições do próprio país e influenciou o governo a tomar um posicionamento favorável à criação do país judeu na Assembleia Geral das Nações Unidas. Após a consolidação de Israel, o lobby judeu sucedeu o sionismo como o grupo de influência da comunidade judaica nos EUA. Responsável por ser o pilar do apoio político e financeiro dos Estados Unidos à Israel, o lobby é uma coalizão de indivíduos que consiste na presença de judeus, neoconservadores e cristãos evangélicos, que se faz presente em diversas organizações estatais e privadas e, deste modo, utiliza-se dos mecanismos disponíveis para promover uma política internacional americana voltada para o benefício de Israel, como, por exemplo o apoio dos Estados Unidos à expansão israelense nos Territórios Palestinos Ocupados. Com base nesse panorama, o presente trabalho propõe analisar a origem e o histórico do lobby judaico nos Estados Unidos, bem como as suas principais peculiaridades que entremeiam as relações entre o lobby judaico, Estados Unidos e Israel. Essa reflexão será feita a luz de suas implicações no processo de paz entre os israelenses e palestinos. Para tanto a metodologia utilizada será uma ampla revisão bibliográfica de autores com propriedade do tema.

Palavras-Chave: Lobby Judeu. Estados Unidos. Israel.

ABSTRACT

Among the various Middle Eastern countries, Israel is the one who keeps closer relationship with the United States in economic, financial and diplomatic terms. It was during the Cold War that the Jewish state has become the largest recipient of US foreign policy in their region. However, this alliance has developed since the background formation of the state of Israel. At that time, the American Zionist movement has infiltrated in institutions of their own country and influenced the government to take a stand for the creation of a Jewish state in the United Nations General Assembly. After the consolidation of Israel, the Jewish lobby succeeded Zionism as a group of influence of the Jewish community in the United States. Responsible for being the pillar of political and financial support from the US to Israel, the lobby is a coalition of individuals that consists by the presence of Jewish neoconservatives and evangelical Christians, which is presented in various states and private organizations and therefore, it uses up the available mechanisms to promote American foreign policy towards the benefit of Israel, such as the US support for Israeli expansion in the Occupied Palestinian Territories. Based on this outlook, this paper aims to analyze the origin and history of the Jewish lobby in the United States and its main peculiarities that intertwined relations between the Jewish lobby, the United States and Israel. This reflection will be the light of its implications for the peace process between Israelis and Palestinians. For this matter the methodology used will be a comprehensive literature review of authors with the subject property.

Keywords: Jewish Lobby. United States of America. Israel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECZA American Emergency Committee for Zionist Affairs

AIPAC American Israel Public Affairs Committee

AZCPA American Zionist Committee for Public Affairs

AZEC American Zionist Emergency Council

CIPAC Christian Israel Public Affairs Committee

DOS United States Department of State

FAZ Federation of Americans Zionists

NED Near East Division

ONU Organização das Nações Unidas

OPEC Organization of the Petroleum Exporting Countries

PAC's Political Action Committee

PLO Palestine Liberation Organization

UCI Unity Coalition for Israel

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WINEP Washington Institute for Near East Policy

WZO World Zionist Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O DESENVOLVIMENTO DO SIONISMO NOS ESTADOS UNIDOS.....	10
2.1	A BUSCA POR APOIO AO MOVIMENTO SIONISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA AMERICANA.....	12
2.2	O PROGRAMA BALTIMORE E A EMERGÊNCIA DO ESTADO JUDEU...	18
2.3	A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL.....	19
3	ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES: ISRAEL E ESTADOS UNIDOS.	22
3.1	O LOBBY JUDEU NOS ESTADOS UNIDOS.....	26
3.2	<i>AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS</i> (AIPAC).....	30
3.3	OS CRISTÃOS EVANGÉLICOS SIONISTAS.....	32
4	COMO OS GRUPOS PRÓ-ISRAEL TRABALHAM PARA AFETAR O PROCESSO DE PAZ ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS?.....	35
4.1	GOVERNO RONALD REAGAN (1981-1989).....	35
4.2	GOVERNO GEORGE H. W. BUSH (1989-1993).....	38
4.3	GOVERNO WILLIAM “BILL” CLINTON (1993-2001).....	39
4.4	GOVERNO GEORGE W. BUSH (2001-2009).....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A monografia em tela tem como proposta analisar as convergências entre o lobby judeu e a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) desde os antecedentes da fundação do Estado de Israel com o movimento sionista, até o governo de George W. Bush (2001-2009). Pretende-se compreender como o lobby pró-Israel adquiriu influência na política americana e como se utiliza dos mecanismos disponíveis para converter os Estados Unidos no maior apoiador da expansão israelense nos Territórios Palestinos Ocupados e cúmplice nos crimes perpetrados contra os palestinos. Decidiu-se por analisar até a administração Bush porque no governo subsequente (Barack Hussein Obama 2009-2017) não foram encontrados dados suficientes.

Os judeus americanos vêm desempenhando poder significativo sobre os Estados Unidos desde o final do século XIX, momento em que os sionistas adentraram nas instituições estadunidenses, passando a ser responsáveis por influenciar as decisões do governo nacional na política externa. Os EUA apoiaram o nascimento do Estado judeu em votação da Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1948. Porém, o país norte-americano não manteve de imediato relações estreitas com o novo Estado. Só no final dos anos 1960, durante a Guerra Fria, que os dois Estados se aproximaram, tornando-se grandes parceiros na economia e na política. Contudo, isso só se deu em razão do lobby judeu americano, movimento sucessor do sionismo, que esteve presente nas organizações mais influentes do país.

Neste trabalho, será evidenciado que o lobby pró-Israel é uma coalizão de indivíduos que consiste na presença de judeus, neoconservadores e cristãos evangélicos, que trabalha ativamente para moldar a política externa americana em uma direção pró-Israel, limitando os direitos dos Palestinos com o crescimento dos assentamentos judeus nos Territórios Palestinos Ocupados. Para autores como Alison Weir (2014), o lobby israelense consiste em algo muito mais vasto do que a maioria das pessoas entendem sobre o significado dado a palavra lobby.

Este estudo utilizará o método dedutivo com caráter qualitativo e exploratório, visto que discorrerá sobre o assunto a partir do aspecto mais geral ao específico. Nesse sentido, far-se-á revisão bibliográfica de autores com autoridade para o tema. Ainda, o trabalho buscará evidências para corroborar e explicar a premissa de que o lobby é o pilar do apoio político e financeiro dos Estados Unidos a Israel. Por fim, este estudo também se sustentará em evidências para analisar as consequências desse apoio para o conflito entre os palestinos e israelenses. É importante esclarecer que o conflito não é o objeto direto deste estudo, por este motivo o mesmo somente será abordado no que se refere à administração dos governos e as consequências no

processo de paz.

Sendo assim, a pesquisa referida será dividida em três capítulos, o primeiro trata de um histórico enfatizando a construção e formação do Estado de Israel a partir das políticas sionistas dos judeus americanos no século XIX e XX. Destarte, será destacado como os sionistas americanos inicialmente sem muita expressão, conquistaram em poucas décadas o apoio do governo estadunidense para legitimar o Estado de Israel.

O segundo apresentará o início das relações entre Estados Unidos e Israel, que a princípio não foram muito amistosas. A importância do lobby judeu para firmar a aliança Israel-EUA na década de 1960 e os principais grupos lobistas judeus presentes nos Estados Unidos da América, como o AIPAC (*American Israel Public Affairs Committee*), conhecido como a instituição judaica mais influente nos EUA e os cristãos evangélicos sionistas, defensores de Israel com base nos princípios bíblicos.

O terceiro e último capítulo abordará sobre as principais situações político/militar/diplomática durante as administrações de Ronald Reagan (1981-1989) a George W. Bush (2001-2009) e detalham a influência do lobby pró-Israel no governo dos Estados Unidos no decorrer da expansão dos assentamentos judeus nos Territórios Palestinos Ocupados, referentes à Faixa de Gaza e Cisjordânia, mesmo com a contrariedade de alguns presidentes.

2. O DESENVOLVIMENTO DO SIONISMO NOS ESTADOS UNIDOS

No final do século XIX, o *United States Department of State* (DOS, Departamento de Estado dos Estados Unidos), responsável por proteger e promover os interesses americanos no exterior deparou-se com um problema territorial envolvendo o judaísmo mundial e a Palestina. O crescente interesse nesta província do Mediterrâneo Oriental, pertencente ao Império Otomano, resultou na criação do sionismo, movimento político defensor do direito à autodeterminação do povo judeu e da existência um Estado judaico, criado por Theodor Herzl, advogado húngaro-judeu, em 1887 durante o primeiro Congresso Sionista na Basiléia, Suíça (NEFF, 1995).¹

De acordo com Donald Neff (1995), os 204 delegados judeus presentes no congresso foram de acordo com a ideologia do sionismo e em razão disso defenderam a criação de um lar para o povo judeu na Palestina a ser protegido pelo direito público, de maneira a incentivar a emigração dos mesmos para a região.² Ademais, os relatórios do Congresso mencionaram a presença de 4 americanos no evento, o que proporcionou maior adesão ao movimento sionista nas cidades estadunidenses, após o Congresso Sionista (COHEN, 2003).

Deste modo, no dia 4 de julho de 1898, ocorreu na cidade de Nova Iorque, a primeira conferência anual de sionistas dos Estados Unidos, onde foi fundada a *Federation of Americans Zionists* (FAZ, Federação Americana Sionista) (KOLSKY, 1990). A conferência atraiu poucos seguidores, seja da comunidade judaica já estabelecida no país, seja dos novos imigrantes. Além disso, os judeus da classe alta, maioria de origem alemã, posicionavam-se contra o ideal sionista, pois para eles configurar-se-ia numa postura desleal com os Estados Unidos defender a criação de um país para os judeus, uma vez que nos EUA possuíam uma vida agradável com conforto e segurança (NEFF, 1995).³

Donald Neff (1995) afirma que diante da divisão presente na comunidade judaica nos Estados Unidos, o Departamento de Estado considerou o sionismo como apenas um pequeno grupo político e resolveu não mover esforços para ajudar na fundação de outra nação em um

¹ Segundo Laqueur (1971), o termo sionismo surgiu primeiramente em um debate público na cidade de Viena no ano de 1892, dito por Nathan Birnbaum, um escritor judeu fundador da revista *Selbstemanzipation*. Contudo, Theodor Herzl é considerado o Pai do sionismo por ser um dos grandes nomes defensores da causa, seu livro, “O Estado judaico” de 1896 é considerado como o ponto de partida do movimento.

² Nesta época os árabes representavam 95 % da população presente na Palestina, cerca de meio milhão de pessoas e possuía 99% da terra (NEFF, 1995).

³ De acordo com Weir (2014), líderes judeu-alemães como o financiador Jacob Schiff e Rabi LM denunciaram de imediato o sionismo. Em 1906 os judeus da alta sociedade de Nova Iorque criaram o *American Jewish Comittee* (AJC), o órgão idealizado para se opor ao sionismo, e também para garantir que os judeus estadunidenses fossem cordiais e bem educados. AC teve que lidar com os enormes problemas oriundos da massiva entrada de judeus analfabetos da Europa Oriental nos EUA.

território no exterior. Para o DOS, isso seria interferir em outro país sem qualquer interesse dos EUA e com uma boa chance de dificultar as relações com o Império Otomano, que nunca foram amistosas.⁴ Além do mais, já havia uma população nativa superando em número e tempo de residência a comunidade judaica na Palestina.⁵ Os judeus que moravam na região na última metade do século XIX e início do século XX somavam cerca de 25.000, eram considerados pobres que viviam em habitações lotadas e dependentes de doações de judeus que moravam no exterior.⁶

Segundo Alison Weir (2014), mesmo com o governo estadunidense não apoiando o sionismo, o movimento passou a ganhar destaque na Europa durante a primeira década do século XX, o que contribuiu para atrair um seleto grupo de adeptos nos EUA. No ano de 1910 o número de sionistas no país norte-americano era de 20.000, incluindo advogados, professores e empresários. Aos poucos o movimento foi ganhando notoriedade, principalmente nas cidades do leste estadunidense. Mesmo assim, até a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a causa sionista manteve-se pequena nos EUA, sendo considerada apenas um movimento do *East Side*, o que significava que ele não tinha poderio econômico, influência e prestígio social naquele país (NEFF, 1995).

Diante de todos os desafios do sistema internacional, o Departamento de Estado continuou a dar pouca atenção ao sionismo. Em 1912, quando o grupo de sionistas *Literary Society*⁷ procurou apoio público do presidente norte americano William Howard Taft (1909-1913), o então secretário de Estado, Philander C. Knox, recusou-se sob o argumento de que o problema do sionismo envolvia assuntos relacionados a interesses dos outros e não dos Estados Unidos (WEIR, 2014).

Contudo, no mesmo ano, a causa sionista ganhou suporte no território estadunidense como reflexo da conversão ao sionismo de Louis Dembitz Brandeis, um judeu americano, advogado de grande prestígio formado na Universidade de Harvard (WEIR, 2014).⁸ Em 20 de

⁴ A Palestina estava sob comando do Império Otomano.

⁵ O cônsul dos EUA em Jerusalém, Selah Merrill, que serviu na Palestina, com intervalos de distância, entre 1882-1907, visitou assentamentos de judeus na região e presenciou grande desorganização com casas quebradas e negligenciadas. Para ele a Palestina não estava pronta para os judeus e os judeus não estavam prontos para a Palestina (NEFF, 1995).

⁶ Weir (2014) afirma que os funcionários do Departamento de Estado, que não dependiam de votos e doações de campanhas, eram os menos interessados pela ideologia sionista, para eles o movimento era prejudicial para os EUA, porque envolvia assuntos relacionados principalmente aos interesses dos outros do que dos Estados Unidos.

⁷ Grupo onde os membros aprendem a ler e falar hebraico e debatem as questões judaicas do dia-dia. Os participantes do *Literary Society* formaram os Cavaleiros de Zion, levantou fundos para a compra de terras para colonos judeus dispostos a ir para a Palestina (AJHS, 2010).

⁸ Brandeis tornou-se sionista após o aumento do antisemitismo e de sua aproximação com Jacob de Hass, advogado e assessor do fundador do sionismo, Theodore Herzl (WEIR, 2014).

agosto de 1914, Brandeis se tornou chefe do executivo de uma das comissões da FAZ, no *Provisional Executive Committee for General Zionist Affairs* (Comitê Provisório para Assuntos Gerais Sionistas), e tornou-se líder do *Central Office of the Zionist Organization* (Organização do Escritório Central Sionista), que havia sido transferido de Berlim para os EUA pouco antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (SARNA, 1993).

De acordo com Sarah Schmidt (1995), Louis Brandeis foi considerado por muitos, especialmente entre os jovens estudantes de direito, o grande nome do sionismo nos Estados Unidos, atraindo para o movimento um número considerável de profissionais, especialmente da Escola de Direito de Harvard. Inclusive, criou uma sociedade secreta elitista para defender o sionismo com os integrantes da *Menorah Society* de Harvard, a *Parushim*, que em hebraico significa fariseus e independentes.⁹

Como os alunos de Harvard se faziam presentes em vários locais do globo através de suas atividades profissionais, seus interesses no sionismo foram mantidos como segredos da ordem (*Parushim*). Eles criavam medidas para promover as ideias sionistas, antes do governo estadunidense. Em novembro de 1915, antes da Declaração de Balfour, um líder do *Parushim* sugeriu em uma das reuniões do grupo que os britânicos deveriam ter algum benefício caso houvesse uma declaração em apoio de um lar nacional judaico na Palestina (WEIR, 2014).

Um ano mais tarde, o presidente Woodrow Wilson (1912-1921) nomeou Brandeis como membro da Suprema Corte dos Estados Unidos. No mesmo ano, David Lloyd George tornou-se primeiro-ministro do Reino Unido e Arthur James Balfour secretário das Relações Exteriores. Com essas nomeações o cenário ficou favorável ao sionismo tanto nos Estados Unidos, como na ilha britânica, uma vez que Lloyd George e Balfour favoreciam a causa, mesmo não sendo judeus. Balfour havia confidenciado a Brandeis que era sionista, enquanto Lloyd George era um protestante seguidor do Antigo Testamento, que reivindica o direito dos judeus na Palestina (WEIR, 2014).

2.1 A BUSCA POR APOIO AO MOVIMENTO SIONISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA POLÍTICA AMERICANA

Desde o início do movimento sionista, seus membros perceberam que para ganhar notoriedade era necessário ter apoio de grandes potências. Assim tentaram acordo com o Império Otomano, responsável pelo território da Palestina na época. No entanto foram

⁹ *Menorah Society* é um grupo judaico do campus de Harvard fundado em 1906 por Henry Hurwitz (SCHWARTZ, 1962, p.51)

rejeitados. Contudo, identificaram o Reino Unido como principal aliado, mas não obtiveram muito sucesso no começo. Arabistas ingleses famosos como Gertrude Bell defendiam a Palestina como região sagrada das três maiores religiões monoteístas do mundo. Por outro lado o futuro ministro das Relações Exteriores, Lord George Curzon, disse que os árabes não iriam ficar contentes em ser desapropriados por imigrantes judeus (WEIR, 2014).

Bruce Murphy (1982) relata em sua obra *The Brandeis/Frankfurter Connection: The Secret Political Activities of Two Supreme Court Justice*, que o ano de 1916 foi desastroso para os ingleses, pois os Aliados não estavam obtendo bons resultados na Primeira Guerra Mundial. Diante de tal cenário os líderes sionistas britânicos prometeram ao governo do Reino Unido de que os defensores do sionismo norte-americanos pressionariam os Estados Unidos a entrarem na guerra apoiando os aliados (França, Reino Unido e Rússia), caso os britânicos promettessem apoiar um lar judaico na Palestina.

Segundo o discurso de Benjamin Freedman, *A Jewish Defector Warns America*, realizado em 1961, na cidade de Washington, o principal motivo para a entrada dos Estados Unidos na Primeira Grande Guerra foi primeiramente em razão do acordo entre os judeus da Alemanha, que representavam os sionistas do leste europeu, com o Gabinete de Guerra Britânico. Durante a reunião os judeus afirmaram:

Vocês ainda podem ganhar esta guerra, não precisam desistir, nem aceitar a paz negociada oferecida pela Alemanha. O Reino Unido pode ganhar esta guerra se os Estados Unidos entrarem como seu aliado. Vamos garantir a entrada dos Estados Unidos na guerra como aliado britânico, lutando com vocês, se o Reino Unido nos prometerem a Palestina depois de ganhar a guerra (FREEDMAN, B; 1961, p. 2).

Em outras palavras, eles fizeram este acordo com os britânicos: “Vamos colocar os Estados Unidos na guerra como seu aliado, o preço que você deve pagar é a Palestina depois de ter vencido a guerra e derrotado a Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia”(FREEDMAN, B; 1961, p. 2). Sendo assim, em abril de 1917 os EUA entraram na guerra, mesmo o presidente Wilson tendo prometido que não iria se envolver no confronto (WEIR, 2014).

Um mês após a entrada do país norte-americano na Primeira Grande Guerra Mundial, Brandeis e Wilson se reuniram durante 45 minutos e assim o juiz da Suprema Corte Americana se convenceu de que o presidente americano estava inteiramente solidário com os objetivos do movimento sionista e era a favor de um protetorado britânico na Palestina. Todavia, Wilson não

fez declaração pública defendendo o movimento sionista para evitar complicações internacionais com a Turquia.¹⁰ (NEFF, 1995).¹¹

De acordo com Donald Neff (1995), em setembro daquele ano houve outra tentativa por parte dos sionistas americanos para obterem uma declaração pública de Wilson apoiando o sionismo, dessa vez enfatizando a pátria judaica na Palestina. No entanto o presidente ordenou o Coronel House que comunicasse aos britânicos que o momento não era oportuno para uma declaração definitiva. Chaim Weizmann, líder do sionismo no Reino Unido, entrou em desespero com o pronunciamento de Wilson.¹² De imediato enviou um telegrafo para Brandeis, pedindo para o presidente apoiar a causa. O juiz respondeu assegurando que Wilson tinha simpatia com o movimento sionista (NEFF, 1995).

Como resultado da entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, o ministro do exterior do Reino Unido, Lord Balfour, emitiu em 2 de novembro de 1917 uma carta ao líder sionista mundial, o judeu britânico Lord Rothschild, conhecida como a Declaração de Balfour. A carta prometia que o Reino Unido seria a favor do estabelecimento de um lar nacional para os judeus e iria usar os seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo (SCHNEER, 2010).

Jonathan Schneer (2010) afirma que Lord Balfour também defendeu que os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina não iriam ser prejudicados, mas nem sequer mencionou os cristãos e muçulmanos nativos da região, que eram a maioria da população, sendo 90% palestinos, no universo de 600.000 habitantes. Além disso, para os sionistas a carta foi um cumprimento da palavra, que contribuiu para o avanço da criação de um lar nacional para os judeus na Palestina.

Diante de uma crescente pressão dos sionistas americanos para emitir uma própria declaração de apoio a pátria judaica, Wilson enviou uma carta para o Gabinete de Reunião em 14 de dezembro de 1917, dizendo que os EUA tinham concordado com a declaração britânica que “devolvia” a Palestina aos judeus. No entanto, o presidente continuou a recusar-se a dar um apoio público a Declaração de Balfour. Em um encontro pessoal com o rabino sionista Stephen S., em agosto de 1918, o presidente estadunidense finalmente posicionou-se com uma saudação judaica de ano novo para os judeus, elogiou o trabalho da Comissão Weizmann responsável

¹⁰ De acordo com Cheremis (2002), a Palestina estava sob comando do Império Otomano (1299-1922).

¹¹ Segundo Neff (1995), Brandeis era amigo pessoal do presidente Woodrow Wilson e se aproveitou dessa posição para defender a causa sionista, às vezes servindo como um canal entre os britânicos sionistas e o presidente.

¹² Futuro primeiro presidente de Israel em 1949.

pela reconstrução da Palestina e saudou o progresso do movimento sionista nos Estados Unidos e nos países aliados desde a declaração do Lord Balfour (NEFF, 1995).

Ao mesmo tempo em que os sionistas estavam saudando a carta como um compromisso dos EUA com a declaração, o DOS negou o ato como uma política oficial, isto porque o departamento não tinha participado na sua elaboração e considerava a carta como uma expressão de sentimentos pessoais do presidente (WEIR, 2014).¹³

Após o final da guerra, em 18 de janeiro de 1919, os aliados, vencedores do conflito, encontraram-se na Conferência da Paz em Paris, onde elaboraram um conjunto de acordos de paz que abordaram, entre muitas questões, o destino dos territórios do Oriente Médio do Império Otomano. Brandeis, Felix Frankfurter, a Organização Sionista Mundial, e uma delegação americana, foram para a conferência fazer lobby pró-nação judaica na Palestina e pressionar a incorporação da Declaração de Balfour nos acordos de paz (WEIR, 2014).

Alison Weir em sua obra *Against Our Better Judgment* (2014), tece um comentário sobre a presença de antissionistas representando os EUA na conferência:

A delegação americana também tinha líderes antissionistas, como o professor de Princeton, Philip Brown, que solicitou relatórios ao Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre o impacto do sionismo na Palestina e afirmou que seria desastroso para árabes e judeus (WEIR, A; 2014, p. 24).

Por conseguinte, o presidente Wilson decidiu enviar uma comissão para a Palestina para investigar a situação da região. Depois de seis semanas de pesquisas, entrevistando tanto judeus como palestinos, a comissão, conhecida como Comissão *King-Crane*, opôs-se ao estabelecimento de um lar judeu na Palestina porque entrava em conflito com os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na região (NEFF, 1995).

Segundo Donald Neff (1995), a comissão descobriu que os sionistas tinham como plano a desapropriação completa dos atuais habitantes não-judeus da Palestina, por várias formas de compra. E a constante pressão financeira e social para entregar as terras, seria uma grave violação do princípio da autodeterminação e dos direitos dos povos. Além do mais, quase 90% da população palestina foi enfaticamente contra todo o programa sionista. No entanto, através da influência política de Brandeis, o relatório foi suprimido e a delegação dos EUA na Conferência de Paz em Paris foi forçada a seguir os ideais sionistas.

¹³ Para o historiador diplomático Frank S., as cartas presidenciais têm um estatuto diferente na política externa americana, sendo expressões de atitude do presidente que às vezes não tem apoio do Departamento de Estado, assim o conteúdo permanece duvidoso (WEIR, 2014).

Deste modo, no fim da Conferência da Paz, o mandato da Palestina foi dado a Grã-Bretanha, que apoiou o projeto sionista através da Declaração de Balfour. Segundo o mandato, a Grã-Bretanha seria responsável por colocar em prática a declaração a favor do estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, sem, contudo, prejudicar os direitos civis e direitos religiosos das comunidades não-judaicas já estabelecidas na região (WEIR, 2014).

De acordo com Donald Neff (1995), em 1922, o chefe da *Near East Division* (NED, Divisão do Oriente Próximo), Allen W. Dulles, escreveu que o ex-presidente Wilson havia favorecido a Declaração de Balfour, mas não sabia se ele tinha se comprometido de uma maneira oficial e pública. Os diferentes pontos de vista entre a Casa Branca e o Departamento de Estado caracterizavam-se como política distinta em relação à Palestina. Diversos políticos no decorrer dos anos emitiram cartas a empresários judeus defendendo a causa sionista, todavia, o DOS resistiu à mudança. Isto porque segundo Alison Weir (2014, p.62), “seria ir contra os desejos dos habitantes locais (Palestina), colocando em perigo os interesses dos Estados Unidos e os princípios democráticos”.

A realização final de Brandeis e do sionismo americano no período pós-guerra ocorreu em 21 de setembro de 1922, com a resolução 360 (resolução pública N°73), no qual ambas as Câmaras do Congresso americano aprovaram por unanimidade o "Mandato para a Palestina", confirmando o direito irrevogável dos judeus a se estabelecerem na área da Palestina em qualquer lugar entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo (NEFF, 1995). As palavras da resolução praticamente repetiram a Declaração de Balfour. Que afirmavam:

Resolvido pelo Senado e Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América no Congresso, que os EUA favorecem o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina, sendo claramente entendido que nada será feito para prejudicar os direitos civis e religiosos de todas as outras comunidades não-judaicas na Palestina e, que os lugares sagrados e edifícios religiosos e sítios na Palestina devem ser adequadamente protegidos. (DENOVO; 1963, p. 340)

Assim, no dia 21 de setembro de 1922, o presidente estadunidense Warren G. Harding assinou a resolução conjunta, aprovando o estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Todavia, vale ressaltar que um ano antes da resolução, Louis Brandeis foi afastado do poder do Conselho dos Sionistas da *World Zionist Organization* (WZO, Organização Sionista Mundial), isto porque o juiz da Suprema Corte entrou em um confronto com Weizmann após surgirem divergências sobre o papel das atividades políticas e do planejamento financeiro do movimento

sionista, os dois se desentenderam e Brandeis foi expulso do cargo.¹⁴ Mesmo tendo saído da liderança da principal organização sionista, Brandeis foi um dos maiores responsáveis pela resolução, devido todo seu histórico pró-lar judeu (NEFF,1995).

A saída de Brandeis foi devastadora para a causa e em 1929 o sionismo perdeu milhares de adeptos.¹⁵ Entretanto, foi após a ascensão de Hitler e, em seguida as suas atrocidades nos anos de 1940 que sionismo americano passou a ser novamente uma grande força, muito mais influente e importante do que a de Louis Brandeis (NEFF,1995).

De acordo com Jansen (1971), o Departamento de Estado nos anos pré-guerra, voltou a se posicionar contra o sionismo. Já o presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) mostrou-se defensor da causa durante maior parte de sua presidência, contudo, o líder estadunidense mudou de ideia a respeito do movimento no fim de seu mandato. Roosevelt foi um dos maiores nomes a encorajar o Reino Unido com o comprometimento da Declaração de Balfour, defendendo a ida de judeus para a Palestina. Entre o final dos anos 30 e o início dos anos 40, o presidente americano tinha considerado um plano para colocar a Palestina no comando dos judeus e a população palestina seria encaminhada para o Iraque.¹⁶

Aura Rejane Gomes (2001) afirma que no ano de 1939 foi criado *American Emergency Committee for Zionist Affairs* (AECZA, Comitê Americano de Emergência para Interesses Sionistas), tendo como objetivo conquistar o apoio do governo dos Estados Unidos para a defesa da causa sionista. Os EUA foram escolhidos em razão de seu destaque no cenário internacional, uma vez que o país tinha grandes possibilidades de emergir como a potência dominante do pós Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945). Nota-se que a estratégia principal do movimento sionista era clara, colocar os sionistas americanos como os líderes da causa, para que conquistassem mais os estadunidenses, assim como a opinião pública e o governo.

Em 1940 um novo nome surgiu no movimento sionista americano, Abba Hillel Silver, rabino judeu nascido na Lituânia e radicado nos Estados Unidos aos 9 anos de idade. Em seus discursos, Silver dizia que o presidente teria que aceitar as demandas da causa e que a abordagem diplomática gentil, paciente e pessoal dos tempos passados não era adequada para a época. O jeito agressivo do rabino chamou atenção e passou a ter destaque na esfera nacional

¹⁴ O juiz da Suprema Corte continuou comprometido com o lar judaico na Palestina até sua morte aos 84 anos em 1941 (NEFF, 1995).

¹⁵ Segundo Weir (2014) mais de 18.000 pessoas deixaram de apoiar a Organização Sionista da América (ZOA), onde Brandeis era presidente honorário.

¹⁶ Em uma conversa com o líder mundial do sionista na época, Chaim Weizmann, Roosevelt teria dito ao líder judeu que os palestinos deveriam ser incentivados com dinheiro para deixar a terra (WEIR 2014).

da política sionista. Imediatamente se tornou a força dominante do AECZA. Em janeiro de 1942, sob administração de Stephen Samuel Wise, o *American Emergency Committee for Zionist Affairs* mudou o para *American Zionist Emergency Council* (AZEC, Conselho de Emergência Sionista) (NEFF, 1995).

Donald Neff (1995) relata que devido a intransigência britânica sobre a Palestina e os relatórios antissemitas da Alemanha nazista, foi necessário promulgar um plano definitivo para a solução da problemática palestina no pós-guerra. O plano teria como objetivo implementar todo o projeto criado na Basileia em 1897, onde visava fundar um Estado Judeu na Palestina e não um Lar Nacional judeu.¹⁷ Essa mudança aconteceria normalmente caso o Congresso Sionista Mundial aprovasse, mas em razão da guerra, era impossível realizar a reunião para a aprovação.

2.2 O PROGRAMA BALTIMORE E A EMERGÊNCIA DO ESTADO JUDEU

De acordo com Gomes (2001), durante o período de 09 a 11 de maio de 1942, o Comitê de Emergência decidiu realizar uma conferência extraordinária na cidade Nova York. Com a presença de 600 sionistas, entre eles os líderes Chaim Weizmann, Meyer W. Weisgal, David Ben Gurion, e Nahum Goldman, foi firmado o Programa Baltimore, que contribuiu com a unificação do movimento sionista em todo mundo e principalmente nos Estados Unidos.¹⁸

No Congresso ficou explícita a ambição dos sionistas por um Estado judaico, tanto é que foi a primeira vez que o movimento utilizou a palavra “Estado” e não Lar Judaico, como explica Aura Gomes (2001), em sua obra *A Questão da Palestina e a Fundação de Israel*:

A conferência reivindicava que os portões da Palestina fossem abertos; que a Agência Judaica fosse investida com o controle da imigração à Palestina e com a necessária autoridade para construir o país, incluindo o desenvolvimento de terras não-ocupadas e não-cultivadas, e que a Palestina fosse estabelecida como um Estado Judeu integrado a estrutura do novo mundo democrático (GOMES; 2001, p. 55).

¹⁷ A denominação Estado judeu poderia causar problemas políticos e antagonismos aos sionistas, por isso antes de Baltimore eles não utilizavam esse termo (GOMES, 2001).

¹⁸ Após aprovação do comitê, o programa Baltimore passou a ser parte da Organização Sionista Mundial (NEFF, 1995).

No ano de 1943 era perceptível o aumento de reuniões e conferências em prol do Estado judeu na Palestina. Em um único encontro da Conferência Judaica Americana, em 29 de agosto do mesmo ano, contou-se com a presença de 65 organizações, todas favoráveis a causa sionista (GOMES, 2011).

Em 1944, pela primeira vez, os dois principais partidos políticos dos Estados Unidos tinham endossado a presença judaica na Palestina. Os republicanos defendiam uma imigração judaica ilimitada e o estabelecimento de uma comunidade livre e democrática, enquanto os democratas foram mais específicos e mencionaram uma comunidade judaica. Mesmo com o sionismo ganhando mais adeptos em razão dos horrores sofridos pelos judeus europeus no Holocausto, Roosevelt não se deixou impactar pelo ocorrido. À medida que os anos da guerra iam passando, o presidente dava mais importância para a Arábia Saudita e seu petróleo (WEIR, 2015).

Alison Weir (2014) afirma que em 1943 Roosevelt abandonou a causa sionista em defesa da Terra Santa ser administrada pelos árabes, cristãos e judeus. De acordo com um relatório do Departamento de Estado do coronel Harold B. Hoskins, agente presidencial e consultor do presidente, no dia 4 de fevereiro de 1945, a bordo de um navio de guerra norte-americano no Canal de Suez, Roosevelt prometeu ao rei saudita Abdul Aziz Saud, que não iria agir sobre o futuro da Palestina sem consultar os árabes e judeus. Um mês após o ocorrido, em 16 de março, o presidente deixou o rabino Wise emitir uma carta no qual Roosevelt defendia a imigração judaica ilimitada e o estabelecimento de um Estado Judeu.

Diante dessa declaração, o DOS teve que conciliar os dizeres contraditórios de Roosevelt. Em 12 abril de 1945, no último dia de sua vida Franklin Delano Roosevelt, enviou telegramas para o Iraque e a Síria repetindo sua promessa sobre a consulta. Uma mensagem semelhante foi enviada para o secretário de Estado do Líbano. Contudo, três horas após o seu último telegrama, o presidente estava morto aos 63 anos (NEFF, 1995).

2.3 A FUNDAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Segundo Ronald Radosh e Alli Radosh (2009), no mesmo dia da morte de Roosevelt, o vice-presidente, Harry S. Truman (1945-1953) assumiu a presidência dos Estados Unidos. Com 6 dias de seu mandato, Truman foi advertido pelo Secretário de Estado, Edward Stettinius, a não fazer declarações públicas sobre a partilha da Palestina até que ele tivesse informações suficientes para discutir a temática. Dois dias depois, uma delegação sionista americana liderada

pelo rabino Stephen Wise se reuniu com o presidente, que confiou seu apoio ao estabelecimento de uma pátria judaica na Palestina.

Em agosto de 1946 quando Truman voltou da Conferência de Potsdam a sua certeza em relação ao lar dos judeus parecia ter diminuído. O presidente preferiu centrar-se apenas na imigração judaica para a Palestina. Pois apesar de todas as problemáticas políticas e militares no Oriente Médio, o presidente se sensibilizou com os terríveis atos sofridos pelos judeus no Holocausto, por isso aliviar a miséria dos refugiados tornou-se um objetivo mais urgente e alcançável (RADOSH; RADOSH, 2009).

Para Donald Neff (1995), com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, a incerteza de Truman sobre a condição de Estado foi também evidente em seus comentários ao líder sionista Chaim Weizmann, em dezembro do mesmo ano. O presidente disse a Weizmann que em vez de falar de um Estado judeu, ele deveria procurar um Estado palestino pluralista como os Estados Unidos, onde os judeus, muçulmanos e cristãos viveriam em paz juntos. Em abril de 1946, Truman endossou as recomendações do Comitê Anglo-Americano, que apoiou a imigração judaica, mas se opuseram à ideia de querer um Estado sob domínio judaico ou palestino.

No momento em que o plano da imigração e dois posteriores falharam, Truman concordou que a partição da Palestina era a única solução. Ademais, Clack Clifford, assessor do presidente acreditava que o apoio dos judeus americanos era importante para vencer a próxima eleição presidencial em 1948, em razão disso o assessor se mostrou favorável a causa sionista. Enquanto o Secretário de Estado, George Marshall e o Secretário de Defesa, James Forrestal, mostraram-se contra as considerações eleitorais tendo precedência sobre as políticas de interesse nacional. Marshall ameaçou votar contra Truman caso o presidente levasse em consideração o conselho de Clifford (RADOSH; RADOSH, 2009).

Alison Weir (2014) relata que em 29 de novembro de 1947 ocorreu o Plano das Nações Unidas para a Partilha da Palestina na Assembleia Geral das Nações Unidas, no qual Truman posicionou-se votando a favor da partição da Palestina, mesmo não seguindo a lógica da política externa americana para o Oriente Médio, que tinha como foco a luta contra o comunismo e os interesses petrolíferos nos países árabes. Em 14 maio de 1948, o chefe-executivo da Organização Sionista Mundial e presidente da Agência Judaica para a Palestina, David Ben-Gurion, declarou a fundação do Estado de Israel.

Desde o dia em que o presidente Truman posicionou-se oficialmente a favor da criação de um Estado judeu na Palestina, Israel passou a ocupar um lugar importante nos corações e mentes de muitos americanos, judeus e não-judeus (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Percebe-

se que as organizações sionistas americanas foram protagonistas na fundação do Estado israelense. O desejo de uma minoria defensora de um lar nacional judeu passou a ser um dos temas mais importantes da agenda da política externa do governo dos Estados Unidos.

3. ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES: ISRAEL E ESTADOS UNIDOS

Como efeito da legitimação do Estado israelense, em maio de 1948, na Organização das Nações Unidas (ONU), começaram oficialmente as relações entre o novo país e os Estados Unidos, entretanto, inicialmente, a aproximação entre os dois países não se deu de modo imediato.¹⁹ Isto porque, a política externa dos EUA tinha como objetivo uma maior presença no Oriente Médio, em virtude do petróleo e da Guerra Fria, momento em que EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) disputavam a influência em diversas regiões do globo. Por isso, inicialmente, os Estados Unidos, apesar de terem reconhecido o Estado judeu, quiseram manter a harmonia com os países árabes (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Antes dos Estados Unidos e Israel se tornarem grandes aliados, os defensores do país judeu mantinham relações mais estreitas com a URSS. Todavia, o mesmo não acontecia com o Reino Unido, isto porque no desenrolar da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) o governo britânico manteve aliança com a Palestina e possuía boas relações com os países árabes, pois a economia britânica sofria grande influência da região, em razão da importação do petróleo. Além do mais, era comum a presença de ideias antissionistas no parlamento britânico, sendo assim, de modo oficial, o Reino Unido não parecia viabilizar o apoio ao Estado de Israel (KARSH, 1997).²⁰

Segundo Karsh (1997), em virtude de tais fatos, os EUA procuraram manter uma relação próxima com os britânicos e com os Estados árabes para não perderem influência na região. Sendo assim, os Estados Unidos da América apoiaram o Reino Unido quando o país se posicionou contra a criação do país judeu, contudo, o governo estadunidense não dissipou repulsa ao povo judeu e se mostrou a favor da legitimidade do Estado de Israel.²¹

Diante desse cenário, Israel conseguiu apoio da URSS. De acordo com Brown (1948), a União Soviética foi o primeiro país a reconhecer *de-jure* o Estado judeu e pediu a troca de embaixadores. Mesmo que os Estados Unidos tenham reconhecido *de-facto* o novo Estado 11 minutos após a proclamação de independência israelense, o reconhecimento pleno aconteceu apenas no início de 1949 (KARSH, 1997). Gabriel Gorodetsky (2001) afirma que a URSS foi um dos Estados que mais apoiou o sionismo porque a população se comoveu com as atrocidades

¹⁹ As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 28 de março de 1949, quando embaixador americano, James Grover McDonald, apresentou as suas credenciais (KARSH, 1997).

²⁰ Oficialmente o país britânico era contra a criação de Israel, mas nos bastidores da política, sabia-se que os britânicos foram essenciais na legitimação do Estado judeu (KARSH, 1997).

²¹ O Departamento de Defesa foi o maior defensor dessa decisão para que os EUA não corressem o risco de perder espaço para a URSS, país vizinho dos Estados árabes, ricos em petróleo (MEARSHEIMER; Walt, 2007).

do Holocausto, parte dos revolucionários soviéticos eram de origem judaica, e o mais importante, o presidente soviético, Joseph Stalin, via o Estado Judeu como uma região de futuro promissor para influência da União Soviética.²²

Os estudiosos Ahmed Jawade e Dr. George H. Kleine (2012) comentam em sua obra *The Great Orientalist Bernard Lewis*, sobre a presença do socialismo em Israel como ponte de influência da URSS no Estado judeu:

(...) a União Soviética era conhecida por apoiar o Estado de Israel. Como a comunidade judaica nos assentamentos, os *Yishuy*, tinha forte influência das ideologias socialistas, a Rússia chegou a acreditar que Israel teria maior comprometimento com os objetivos soviéticos. (JAWAD; KLEINE, 2012, p.24)

Além do apoio diplomático, a URSS também investiu no armamento do exército israelense, o que foi crucial para a atuação de Israel na guerra árabe-israelense de 1948.²³ Durante a guerra, a União Soviética apoiou Israel quando o Estado judeu foi atacado por países árabes contrários à resolução 1947 da Assembleia Geral das Nações Unidas, como já foi comentado anteriormente (GORODESTSKY, 2011). Contudo, as relações estreitas entre Israel e a União Soviética não duraram muito tempo, uma vez que os soviéticos no final dos anos 40 conseguiram retirar os britânicos da Palestina e perceberam que era mais fácil ter apoio dos árabes do que dos judeus para adquirir maior influência no Oriente Médio (KARSH, 1997).

A relação entre o Estado judeu e o soviético foi se desgastando aos poucos. De acordo com Brent e Naumov (2003), em 1952 e 53, sob o regime de Stalin, um grupo de médicos judeus atuantes em Moscou foram acusados de conspirar por assassinar líderes soviéticos. Nos meios de comunicações o sentimento antissemita foi crescendo, o sionismo passou a ser considerado uma ameaça e pessoas com nome de origem judaica foram condenadas.

Para Govrin Yosef (1998), o fim da aliança entre Israel e a União Soviética ocorreu a partir do momento em que Israel atuou na intervenção da ONU junto aos Estados Unidos e Reino Unido em uma campanha militar contra as tropas comunistas norte-coreanas que haviam invadido a Coreia do Sul no início dos anos 1950. O posicionamento israelense se deu em razão de um acordo com o governo americano, que garantia uma ajuda de 100 milhões de dólares de

²² Durante o império russo os judeus sofreram com o antissemitismo e resolveram aderir à causa revolucionária socialista. Vladimir Lenin, um dos grandes nomes da revolução bolchevique, tinha origem judaica (HAGGER, 2015).

²³ Através de acordo com a URSS, Israel conseguiu a abertura dos países da Europa Oriental para a emigração judaica para o país judeu (GORODESTSKY, 2011).

entrada, empréstimos facilitados e isenção de taxa  o às doações de cidadãos americanos a Israel, além da venda ilimitada de armas. Sendo assim, em 1955, a URSS voltou suas atenções para os país  rabes, fazendo acordos com Egito e S ria. Ao mesmo tempo em que a relação entre Israel e Estados Unidos permanecia neutra (KARSH, 1997).

Foi a partir da administração do presidente Lyndon B. Johnson (1963-1969) que a política externa dos Estados Unidos abandonou a política da neutralidade, presente nas administrações anteriores, e passou a estar em total apoio a Israel (JONES, ET al, 2012).²⁴ Para explicar essa aproximação, Mearsheimer e Walt (2007) relatam que Israel encontrou primeiramente suas fontes de apoio em outros lugares, enquanto trabalhava incansavelmente para construir o apoio dos Estados Unidos.

Após a vitória decisiva de Israel sobre os Estados  rabes vizinhos, na Guerra dos Seis Dias em 1967, o governo de Lyndon B. Johnson se impressionou com o aparato militar das forças armadas israelense e assim, notou que o Estado de Israel poderia ser um recurso importante para estratégia do governo americano no Oriente Médio, sendo assim, os EUA comprometeram-se cada vez mais com o Estado judeu, aumentando assistência militar e econ mica (FINKELSTEIN, 2000).²⁵

Segundo Yezid Sayigh e Avi Shlaim (1997), a Guerra dos Seis Dias causou a principal mudança na história do Oriente Médio, pois Israel conquistou lugar de aliado estratégico dos Estados Unidos e p s fim as relações harmoniosas com a União Soviética. O comprometimento do governo estadunidense para com o Estado israelense estava muito claro, no livro *1001 Facts Everyone Should Know about Israel* de Mitchell Geoffrey Bard e Moshe Schwartz (2005), os autores apresentam um dos discursos de Lyndon Johnson sobre a relação EUA-Israel:

Os Estados Unidos e Israel compartilham muitos objetivos comuns. O principal é a construção de um mundo melhor, no qual cada nação pode desenvolver seus recursos com liberdade e paz. A nossa sociedade é iluminada pelas visões espirituais dos profetas hebreus. Estados Unidos e Israel têm um amor comum, a liberdade humana e eles têm uma f  comum, o modo de vida democrático (BARD; SCHWARTZ, 2005, p. 157).²⁶

²⁴ A simpatia pela tragédia do Holocausto e as estórias/mitos a respeito do lar dos judeus, foram importantes para conquistar também o apoio da população estadunidense a relação especial entre Israel e Estados Unidos (BARD; SCHWARTZ, 2005).

²⁵ Os sionistas residentes nos Estados Unidos e na França procuravam um meio de roubar tecnologias nucleares e componentes bélicos, para enviar para o Estado israelense. (PETRAS, 2014)

²⁶ De acordo com Petras (2006), as raízes de sentimentos pr -Israel de Johnson vieram da bíblia, como os de muitos outros americanos.

Essa visão amigável com Israel por parte do presidente Johnson também ocorreu porque havia defensores de Israel influentes na política estadunidense. Como Abraham Feinberg, empresário e defensor de Israel, os irmãos Arthur Krim e Mathilde Krim, que trabalhavam com Eugene Rostow, subsecretário da política externa dos EUA, Arthur Goldberg, embaixador dos EUA na ONU e o embaixador Philip Klutznick. Goldberg chegou a enviar uma carta para Klutznick em 1966, argumentando que era preciso melhorar as relações entre o presidente americano e a comunidade dos judeus nos EUA. Tendo em vista que o presidente Johnson precisava do apoio público durante as guerras na Ásia e Israel necessitava do apoio dos EUA em uma possível crise, a aliança entre os dois países se concretizou (FINDLEY, 2003).

Sendo assim, Israel contribuiu para o esforço estadunidense no Vietnã e a política externa do governo de Johnson investiu no apoio militar e econômico para o Estado judeu (FINDLEY, 2003). Tanto é que mesmo com a oposição do Departamento de Estado e do Pentágono, em 1965, o presidente enviou para Israel 10 tanques de guerra e 48 caças bombardeiros. Em razão da aliança entre os dois países, aumentou o repúdio aos israelenses e estadunidenses no Oriente Médio (MEARSHEIMER; WALT, 2007).²⁷

Ao fim do governo Johnson em 1969, Richard Nixon (1969-1974) assume o cargo de presidente, sendo responsável pelo aumento do apoio diplomático e militar a Israel. E foi através da Doutrina Nixon, de 1969, desenvolvida em reação a dificuldade da Guerra do Vietnã, que os Estados Unidos passou a projetar seu poder no exterior através da *regional proxies*, no lugar das tropas militares.²⁸ Sendo assim, Israel, Arábia Saudita e Irã foram escolhidos no Oriente Médio.²⁹ Israel prontamente provou o seu valor, ajudando o rei Hussein da Jordânia em uma rebelião palestina, em 1970, estabilizando um aliado ocidental (EUA) importante na região (BEEHNER, 2015).³⁰

Segundo Mitchell Plitnick e Chris Toensing (2007), em 1973, Nixon e Henry Kissinger, assistente do presidente em assuntos de Segurança Nacional, concordaram com o envio de armamentos para Israel durante o conflito do país judeu contra os árabes na Guerra do Yom

²⁷ Segundo Mearsheimer e Walt (2007), um dos motivos para Israel ser considerado uma grande responsabilidade estratégica, foi o fato de o país fechar o canal de Suez, que ocasionou no impedimento das transferências de armas soviéticas para Ásia e Oceano Índico.

²⁸ Os Estados Unidos têm como objetivo defender e desenvolver os aliados e amigos, mas a "responsabilidade básica" para o futuro desses amigos pertence a eles próprios (BEEHNER, 2015).

²⁹ Para que não houvesse influência da URSS nesses três países do Oriente Médio, os EUA os escolheram como *proxies* regionais (BEEHNER, 2005).

³⁰ O exército jordaniano entrou em confronto com as organizações guerrilheiras da OLP, presentes na Jordânia, com objetivo de retirá-las do país. Desta forma, os refugiados palestinos tiveram que emigrar em massa (BEEHNER, 2015).

Kippur.³¹ Em consequência desse ato político, os EUA obtiveram um grande prejuízo econômico, além de subsidiar o desenvolvimento econômico e militar de Israel, eles sofreram embargo dos países árabes distribuidores de petróleo, os membros da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC, Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e Golfo Pérsico.

Mesmo com o embargo, os Estados Unidos continuaram a apoiar Israel, tanto é que em 1973 os empréstimos dos Estados Unidos para o Estado israelense passaram para US\$ 602 milhões, sendo que em 1968 o valor era só de US\$ 62 milhões. No ano de 1974, o governo estadunidense doou mais de ano US\$ 2 bilhões com objetivo de recuperar o Estado israelense do conflito contra os árabes (FINDLEY, 2003). Ademais, Plitnick e Toensing (2007) relatam que parte desta “ajuda” volta para a economia dos EUA sob a forma de compras de armas, dando a indústria de armas americana um forte interesse na aliança EUA-Israel.

3.1 O LOBBY JUDEU NOS ESTADOS UNIDOS

Diante de todo apoio dado pelos presidentes estadunidenses desde a criação do Estado judeu, nota-se que a aliança EUA-Israel tem se demonstrado forte diante a conjuntura internacional. Ao analisar a relação desses dois países, percebe-se que Israel é o maior beneficiado, com grandes empréstimos, doações e suporte diplomático. Já para os Estados Unidos essa relação culmina em mais prejuízos do que benefícios, como por exemplo, o embargo sofrido pelos países da OPEC, a perda de dinheiro com investimento em Israel que quase sempre não tem o retorno esperado e estar sob ameaça terrorista em razão do seu apoio ao Estado israelense.³² Mas por qual razão os Estados Unidos apoiam financeiramente, militarmente e diplomaticamente o Estado de Israel?

O governo estadunidense afirma oficialmente que a relação EUA-Israel existe porque ambos os países partilham de ideais comuns, com base na democracia e na igualdade, uma vez que isso se fortalece pelo fato de Israel e EUA partilharem de uma cultura judaico-cristã comum. A maioria dos presidentes dos Estados, seja republicano ou democrata, sempre defende o discurso de que Israel baseia-se em valores como dos EUA, um país justo, acolhedor e que

³¹ Segundo Kozen (2014), foi um conflito militar ocorrido em 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, entre Israel e uma coalização de países árabes liderados por Egito e Síria. A guerra leva esse nome por ter acontecido durante o feriado judaico *Yom Kippur*.

³² Quase 40% dos americanos reconhecem que o apoio a Israel é uma das principais causas do antiamericanismo no Oriente Médio e que muitas políticas desenvolvidas em nome de Israel comprometem a segurança nacional (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

deseja melhorar o mundo (TIVNAN, 1988). De acordo com Mearsheimer e Walt (2007), o que faz o povo americano apoiar Israel é o discurso usado pelo governo para consolidar a união.³³

Vale ressaltar que essa aliança entre os dois países é mais forte por parte dos Estados Unidos, sendo um apoio mais unilateral. Isto porque, como veremos no próximo capítulo, Israel muitas vezes toma decisões contrárias ao posicionamento dos EUA, como por exemplo, a expansão de territórios judeus na Cisjordânia durante o governo de George W.H Bush. Na obra *The Lobby: Jewish Political Power and American Foreign Policy*, o autor Edward Tivnan (1988, p.51) afirma que “o que leva os Estados Unidos a apoiarem a causa de Israel é a existência nos EUA de um lobby judaico que dirige a política externa norte-americana, de forma que esta fique em sintonia com os interesses israelitas”.

Sendo assim, como podemos definir o lobby judaico e suas funções? Para Mearsheimer e Walt (2007), o lobby é definido como instituições/grupos que buscam influenciar ativamente o governo dos Estados Unidos em questões relacionadas a Israel, ou seja, o objetivo do lobby é “moldar” a política externa americana em uma direção pró-Israel. As principais instituições do lobby israelense foram criadas durante a presidência de Reagan, para defender a aliança estratégica EUA-Israel iniciada na guerra de 1967, como dito anteriormente (WAZMAN, 2010).

É importante ressaltar que estes grupos não representam necessariamente os pontos de vista dos judeus americanos, israelenses, ou qualquer governo israelense que esteja no poder. Embora se definam como pró-Israel, os grupos podem ter posicionamentos distintos. Contudo, as instituições do lobby judaico, conhecidos como fundações judaicas ou *Political Action Committees* (PAC's, Comitês de Ação Política), são motivados por uma preocupação comum, a garantia da existência do Estado soberano israelense (WAXMAN, 2010).

Como afirmam John Mearsheimer e Stephen Walt (2007), sabe-se que é por intermédio de acessos e influências no meio político que o lobby atua, tendo estreita relação com os líderes do Congresso para assim garantir a longo prazo ajuda militar e econômica em grande escala para Israel. Os defensores do Estado judeu fazem das políticas a favor de Israel, uma das principais agendas dos congressistas estadunidense. Estes direcionam suas ações políticas em favor das ideias e planejamento da promoção do lobby.

Em seu livro *They Dare to Speak Out*, Paul Findley (2003) argumenta que a influência do lobby na Casa Branca não ocorre apenas com judeus americanos, mas também é exercida por diplomatas israelenses que através das relações estreitas entre os dois países apresentam

³³ Disponível em: U.S. Presidents & Israel: Quotes About Jewish Homeland & Israel <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsourc/US-Israel/presquote.html>> Acesso em 19 de outubro de 2016.

seus projetos nos escritórios dos oficiais ou dos principais deputados e, além disso, garantem contratos diretos com o presidente, até chegar ao Conselho de Segurança Nacional, Departamento de Defesa e Departamento de Estado.

É importante ressaltar que os lobistas judeus se fazem presentes multissetorialmente, seja no financeiro, acadêmico, imobiliário, político e nos meios de comunicação. Sendo assim, parte significativa da mídia e sindicatos sofrem grande influência dos grupos pró-Israel. Desta forma o lobby busca moldar a opinião pública em seu favor (PETRAS, 2006). Pelo fato de possuírem grandes riquezas, tradição filantrópica e boa educação, os judeus americanos foram o ponto chave para consolidação do lobby nos Estados Unidos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo James Petras (2006), cerca de 25% a 30% dos milionários americanos são judeus. Por isso há um grande investimento no apoio aos partidos políticos e uma participação forte do lobby na política dos Estados Unidos da América, independentemente de partidos. Tanto é que nos anos 1990, 45% do dinheiro arrecadado dos democratas e 25% dos republicanos era oriundo dos Comitês de Ação Política.

Segundo Mearsheimer e Walt (2007), o lobby conseguiu se consolidar de fato porque não sofre grande oposição. Através de suas estratégias e estrutura de poder, o lobby judeu usa sua influência política para censurar qualquer comentário/posicionamento contrário a Israel (PETRAS, 2006). Além disso, os lobbies que fazem oposição a ideologia pró-Israel, como o pró-árabe, não possuem o mesmo poder de influência do lobby judeu nos Estados Unidos.³⁴ Em uma das passagens do livro *The Israel Lobby*, Mearsheimer e Walt (2007), chegam a afirmar que:

Organizações pró-árabes, em quase todas as situações, não são páreas para a maioria dos grupos que promovem o lobby israelense. Existe um punhado de grupos de interesse pró-árabe e pró-palestinos nos Estados Unidos, mas eles são menores do que o AIPAC e outras organizações pró-Israel, não tão bem financiadas, e longe de ser eficaz (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 141).

Com conhecimento aprofundado sobre o tema, Alison Weir (2014, p.164) afirma que “o lobby israelense consiste em algo muito mais vasto do que a maioria das pessoas entendem sobre o significado dado a palavra lobby”. O autor defende a ideia de que o lobby pró-Israel é o mais

³⁴ Muitas vezes quem critica os grupos pró-Israel, é considerado de imediato antisemita ou anti-Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

poderoso e persuasivo do que os demais lobbies, pensamento que vai de acordo com o autor James Petras (2006).

Em sua obra, *The Power of Israel in the United States*, James Petras (2006), apresenta a influência do lobby judeu através de dados sobre a ajuda financeira dos Estados Unidos para Israel. Que são:

Israel recebeu mais de US\$ 90 bilhões em ajuda dos EUA até 2003, dos quais US\$ 75 bilhões foram em subsídios (ou seja, *non repayable*), e US\$ 15 bilhões em empréstimos. Desde 1985, os Estados Unidos forneceram US\$ 3 bilhões em subsídios anuais para Israel. Assistência ao reassentamento de imigrantes soviéticos e etíopes atingiu o pico em 1992 em US\$ 80 milhões, mas continua a ser subsidiado com US\$ 60 milhões em 2003, US\$ 50 milhões em 2004 e novamente em 2005. Em 1990, Israel solicitou US\$ 10 bilhões em garantias de empréstimos, o que permitiria Israel tomar emprestado dos EUA. Em 2004, mais US\$ 9 bilhões em garantias de empréstimo foram incluídas. (PETRAS, J; 2006, p. 41)

Segundo Alison Weir (2014, p.178), os estadunidenses financiam “a máquina de guerra israelense com mais de US \$ 3 bilhões por ano de assistência direta por mais 35 anos”. Grande parte dos Estados que recebem esse benefício são obrigados a gastar todo o valor financiado na compra de produtos ou serviços oferecidos pelos Estados Unidos. Todavia, o governo israelense se diferencia dos demais porque tem a capacidade de utilizar 25% do financiamento no desenvolvimento de suas próprias indústrias de armas, sem críticas dos EUA. Sabe-se que esse dinheiro é oriundo dos contribuintes americanos, mas mesmo com esse grande gasto e a influência de mais de 100 anos, grande parte dos estadunidenses não tem consciência a respeito da existência do lobby pró-Israel (PETRAS, 2006).

Deve-se entender que o lobby pró-Israel nos Estados Unidos refere-se a uma variedade de organizações que possuem ideias comuns e contrárias, mas detém o mesmo objetivo, influenciar a política externa estadunidense para benefício israelense. A instituição mais conhecida e influente do lobby pró-Israel é o *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC, Comitê de Assuntos Públicos EUA-Israel). A denominação lobby pró-Israel é casualmente utilizada para designar somente o AIPAC. Entretanto, existem outros grupos, como o *Washington Institute for Near East Policy* (WINEP, Instituto Washington para Política do Oriente Próximo), o *Jewish Institute for National Security Affairs* (JINSA, Instituto Judaico para Assuntos de Segurança Nacional), *J-Street* e os numerosos judeus americanos, cristãos evangélicos e neoconservadores que também fazem parte das instituições que defendem o lobby israelense (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

3.2 AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS (AIPAC)

Em 1951 Isaiás L. "Si" Kenen, representante do Conselho Sionista Americano em Washington, fundou o AIPAC. Segundo Kenen, o lobby foi estabelecido naquele momento porque Israel necessitava da assistência econômica dos Estados Unidos para poder administrar o fluxo de refugiados presentes no país judeu após a sua criação. No início a organização era conhecida como *American Zionist Committee for Public Affairs* (AZCPA, Comitê Sionista Americano para Assuntos Públicos) (BAHNASSY, 2016).

Contudo, no ano de 1959, Kenen mudou o nome da instituição para Comitê Americano de Assuntos Públicos de Israel (AIPAC) (BARD; SCHWARTZ, 2005). O representante do Conselho Sionista Americano formou regras para o lobby, sendo a principal relacionada ao posicionamento da instituição diante do público, para o fundador da AIPAC, o lobby deveria se posicionar nos bastidores, sem grande exposição pública, mantendo-se *low-profile* (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo com James Petras (2005), o AIPAC adquiriu maior notoriedade e influência após a Guerra dos Seis Anos, mesma época em que as relações entre Israel e Estados Unidos se tornaram mais estreitas, como já dito. Durante as décadas de 1970 e 1980, a instituição tornou-se o maior proeminente lobby de Israel nos Estados Unidos, com um orçamento anual de US\$ 47 milhões dólares e 100.000 membros em todos os 50 estados. O Relatório de Progresso e Política para 2005 da AIPAC publicado no site oficial mostra bem a importância do lobby devido as suas realizações, que foram as 100 aprovações legislativas pró-Israel no Congresso, os US\$ 3 bilhões em ajuda direta e mais de US\$ 10 bilhões em empréstimos garantidos e a transferência das mais avançadas tecnologias militares.³⁵

Por Israel ser um dos 20 países com melhor renda per capita, David Jones e outros (2010) defendem que os Estados Unidos deveriam investir o dinheiro doado ao país judeu nos países em desenvolvimento, todavia, segundo os autores, essa ideia não pode ser colocada em prática porque a força do lobby em Washington não permite, uma vez que a instituição pró-Israel atinge presidentes e congressistas e está sempre reivindicando apoio para Israel. Jones e outros na obra *U.S. Policies and Objectives relating to the Israeli-Palestinian Conflict*, explicam o porquê desse poder em três fatores essenciais, que são:

Em primeiro lugar, enquanto os judeus constituem apenas 3% da população

³⁵ Em 2001, a AIPAC foi um dos principais nomes da aprovação de uma legislação favorável a ajuda externa estadunidense de US\$ 15 bilhões (FINDLEY, 2003).

os EUA, o voto judeu está concentrado nos estados eleitorais importantes. Em segundo lugar, 90% dos judeus americanos votam. E, finalmente, o voto judeu pode ser o fator decisivo em uma corrida eleitoral, como a eleição presidencial de 2000. Enquanto a maioria dos judeus americanos são defensores de causas liberais e democratas que favorecem uma solução de dois Estados, os grupos judeus mais influentes são administrados por extremistas de direita (JONES ET al., 2010, p. 5).

Como já havia citado no texto, os judeus americanos e suas instituições defensoras do lobby possuem influência no Capitólio, pois destinam grandes doações para as campanhas eleitorais, independentemente de partido. A força que o AIPAC possui vem da capacidade do lobby em recompensar legisladores e candidatos no Congresso que apoiam seus projetos. O dinheiro é essencial durante eleições e por isso o AIPAC forma aliança com os Comitês de Ação Política Pró-Israel para obter maior suporte financeiro. Os candidatos contrários a agenda de Israel são considerados adversários e punidos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Uri Avnery, jornalista israelense e ativista proeminente da paz israelense fez uma observação sobre o lobby:

Todos os anos o lobby judeu nos Estados Unidos da América “elimina” um político norte-americano que não apoia incondicionalmente o governo israelense. Isto não ocorre em segredo, com as portas fechadas, mas sim como uma “execução” pública (DUMKE, 2006, p. 9).

Na mídia o AIPAC escreve cartas em apoio a diversos políticos e incentiva os jornais a publicarem informações a favor dos candidatos escolhidos por eles. Além disso, a instituição é capaz de mudar as notícias a favor dos interesses do lobby, como as informações vindas do Oriente Médio, muitas vezes favoráveis as ações de Israel na região (PETRAS, 2006). Em uma das passagens do livro *The Israel Lobby* de Mearsheimer e Walt (2007, p.158), os autores apresentam a dimensão da influência da AIPAC nos EUA através de uma fala de Ariel Sharon, durante um dos seus discursos, que disse: “Quem quiser ajudar Israel, apoie o AIPAC nos Estados Unidos da América”.³⁶

Segundo Elizabeth Stephens (2006), o AIPAC tem sido tão eficaz no seu papel em satisfazer os interesses de Israel nos Estados Unidos, que no ano de 1985, durante a presidência de Ronald Reagan (1981-1989), os EUA consideraram a venda de US\$ 1 bilhão de dólares armas para a Jordânia e Arábia Saudita. Contudo, o lobby foi informado sobre essa negociação

³⁶ Líderes da AIPAC e de outras organizações judaicas apoiam as políticas expansionistas do partido Likud de Israel, incluindo a sua hostilidade para com o processo de paz de Oslo (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

e pressionou o Congresso dos Estados Unidos a cancelar a venda das armas por intermédio da introdução projeto de lei para debater a questão. No fim, AIPAC conquistou seu objetivo e o negócio das armas não ocorreu. Posteriormente, o rei da Jordânia, Hussein (1952-1999), argumentou que os Estados Unidos eram limitados pela vontade da AIPAC, do sionismo e de Israel (FINDLEY, 2003).

De acordo com John Mearsheimer (2009), uma das últimas “apresentações” do poder do AIPAC aconteceu em fevereiro de 2009, no início do governo de Barack Obama (2009-2017), quando fontes anônimas vazaram a informação de que Charles Freeman, embaixador dos EUA na Arábia Saudita era o escolhido para presidir o Conselho Nacional de Inteligência na administração Obama.

O embaixador foi muitas vezes crítico do apoio incondicional EUA a Israel. Em razão disso o AIPAC se opôs a campanha de Freeman, citando suas ligações com a Arábia Saudita. Ocasionalmente, todos os membros republicanos do Comitê de Inteligência do Senado foram contra a escolha de Freeman, assim como parte dos senadores democratas. John Mearshiemer (2009, p.3) ressalta que “vergonhosamente, os EUA perderam uma grande escolha devido à campanha do AIPAC e do Congresso”.

Mesmo com toda sua influência e o seu histórico de conquistas, nem sempre o AIPAC ganha. Um exemplo foi o acordo EUA-Irã em 2014, onde o lobby defendeu mais sanções ao Irã, pois via o programa nuclear persa como uma ameaça a Israel, contudo, os EUA fizeram um acordo, que objetivou transformar o programa nuclear em caráter não militar, em troca da retirada das sanções internacionais que impossibilitavam o crescimento da economia do Irã (BBC, 2015).³⁷

David Jones e outros (2010) relatam que é importante salientar que o AIPAC não está sozinho na luta pró-Israel, como dito anteriormente, a instituição recebe apoio financeiro e político de outros grupos, inclusive não judeus, como os neoconservadores e os cristãos evangélicos sionistas. Estes acreditam ter um forte compromisso com Israel devido à falha do Ocidente para impedir o massacre dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, e porque eles veem Israel como a democracia solitária do Oriente Médio. Além do mais, eles acreditam que o renascimento de Israel é parte da profecia bíblica e “quem discordar da agenda expansionista de Israel vai contra a vontade de Deus” (JONES ET al., 2010, p.8).

3.3 OS CRISTÃOS EVANGÉLICOS SIONISTAS

³⁷ Ver mais em: US-Israel Friends<<http://www.vox.com/2014/7/24/5929705/us-israel-friends>>. Acesso em 18 de outubro 2016.

Segundo Merkley (2004), não há dúvida de que cristãos evangélicos sionistas foram essenciais na formação e manutenção do Estado de Israel.³⁸ Todavia, foi a partir da vitória israelense na Guerra dos Seis Dias em 1967, quando os israelenses dominaram a Cisjordânia, o Sinai e Gaza, que os cristãos evangélicos sionistas passaram a dar maior importância para Israel. Isto porque, segundo eles, essa conquista foi cumprimento da profecia bíblica, no qual o território antes fora de domínio judeu iria voltar a estar sob domínio do povo de Israel. Desde então a direita religiosa se tornou uma das principais apoiadoras do Estado judeu através dos pastores Jerry Falwell, Pat Robertson, Gary Bauer, James C. Dobson, Ralph Reed, e John Hagee.³⁹

De acordo com Dov Waxman (2010), mesmo sendo visto com certa “desconfiança e suspeita” por alguns judeus americanos, os cristãos sionistas passaram a se manifestar a favor da causa através de suas próprias instituições pró-Israel, tendo como objetivo principal influenciar a opinião pública e o Congresso. Existem 2 grupos cristãos com maior influência no lobby judeu, o *Christian Israel Public Affairs Committee* (CIPAC, Comitê Cristão de Assuntos Públicos de Israel) e a *Unity Coalition for Israel* (UCI, Unidade da Coalizão de Israel). Estas instituições reforçam o poder de lobby em aliança com o AIPAC.

Mearsheimer e Walt (2007) afirmam que a UCI possui 40 milhões de membros, que estão sempre comprometidos com o Estado de Israel. Percebe-se a dimensão do poder eleitoral desse grupo quando se verifica o número total de leitores presentes na eleição presidencial dos EUA no ano de 2012, 121 milhões votantes. Caso todos os membros da UCI votassem, eles possuiriam um terço dos votos americano. O grupo de cristãos sionistas é absolutamente importante no círculo eleitoral. Vale ressaltar, que assim como outras instituições pró-Israel, os cristãos sionistas são bipartidários, dividem-se entre Democratas e Republicanos.

Justamente por deter poder aquisitivo e grande número eleitoral, os cristãos sionistas possuem grande influência no Congresso. Congressistas como o deputado texano Dick Arme, argumenta que a prioridade da política externa estadunidense é proteger o Estado de Israel e não o próprio Estados Unidos (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Dadas a essas circunstâncias, Mearsheimer e Walt (2007), mencionam na obra *The Israel Lobby*, o motivo da importância desse grupo defensor do lobby judeu:

³⁸ Segundo Weir (2014), cristãos como David Lloyd George, primeiro ministro britânico em 1916, apoiou a criação do Estado e foi um dos principais nomes da Declaração de Balfour, assim como os presidentes Lyndon Johnson e Ronald Reagan que defendiam a legitimidade de Israel.

³⁹ O incentivo do partido Likud de Israel as igrejas para apoiar o Estado israelense, contribuiu com o crescimento do lobby (MERKLEY, 2004).

Não é surpreendente que Daniel Pipes acredita que além das Forças de Defesa de Israel, os cristãos sionistas da América podem ser um recurso estratégico do Estado judeu. Ou como Michael Freund, ex-diretor de comunicações de Benjamin Netanyahu, escreveu em 2006: Graças a Deus pelos sionistas cristãos. Gostem ou não, o futuro das relações entre Israel e os EUA podem muito bem depender mais dos cristãos do que dos judeus da América (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 86).

Os grupos cristãos pró-lobby são tão fervorosos e atuantes, que um dos seus representantes, Marion Gordon "Pat" Robertson, pastor pentecostal, advogado e ex-candidato à presidência da República dos Estados Unidos, chegou a dizer que o primeiro-ministro Ariel Sharon havia sofrido um acidente vascular cerebral, como “punição por Israel se retirar da Faixa de Gaza no início de 2006” (JONES ET al., 2012, p.11).

Em outra passagem do livro *The Israel Lobby* de Mearsheimer e Walt (2007), os autores dão exemplo de como os cristãos sionistas pressionam demasiadamente o poder judiciário, legislativo, executivo e os seus altos funcionários para obter benefícios para Israel:

De acordo com a revista Time, no ano de 2002, o presidente republicano George W. Bush foi pressionado por cristãos evangélicos liderados por Falwell e Gary Bauer, para anular a sua exigência de que as Forças de Defesa de Israel (IDF) retirassem-se das terras da Cisjordânia dadas aos palestinos no Processo de Paz de Oslo. Eventualmente, Bush, telefonou para Falwell e o tranquilizou dizendo que apoiava plenamente a decisão de Sharon (MEARSHEIMER E WALT, 2007, p. 209).

Segundo Jones e outros (2012), os cristãos evangélicos sionistas não acreditam na existência da Palestina como Estado. Eles são contra a solução dos dois países porque não vai de acordo com as interpretações dos ensinamentos bíblicos do Antigo Testamento, que defende o povo judeu como o escolhido de Deus e cita Israel como a Terra Santa.⁴⁰ De acordo com Dov Wazman (2010), os cristãos que defendem o lobby pró-Israel acreditam que apenas o Estado Judeu é importante e não existe preocupação com o bem-estar do povo palestino.

⁴⁰ De acordo com a Bíblia Sagrada, Êxodo capítulo 19:6 relata: “Vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa. São estas as palavras que falarás aos filhos de Israel”. Em Números capítulo 24 há a afirmação de que “quem abençoar o povo de Israel será abençoado; e quem o amaldiçoar será amaldiçoado.”

4. COMO OS GRUPOS PRÓ-ISRAEL TRABALHAM PARA AFETAR O PROCESSO DE PAZ ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS?

As discussões sobre a aliança entre Israel e Estados Unidos perante o intenso conflito Israel-Palestina e a política do Oriente Médio na maioria das vezes ocorre com menções ao lobby judeu nos EUA. O grupo pró- Israel é constantemente acusado de corroborar e incitar a agressão de israelenses contra o povo palestino, atos estes que colaboram para a não realização do processo de paz entre os árabes e judeus e consequentemente contribui com a inviabilidade da legitimação do Estado da Palestina (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Para James Petras (2006), as organizações defensoras de Israel e o Estado judeu buscam transformar a Palestina em uma região puramente judaica, por isso desde a formação de Israel, o governo israelense com apoio do lobby judeu dos Estados Unidos investe na ocupação dos territórios ocupados pelos palestinos e bombardeia o local. Além disso, tomam medidas para destruir a economia e o comércio da palestina, com bloqueios financeiros e construção de muros.

Assim, mesmo que Israel cometa crimes graves contra os palestinos, a gravidade do crime não vai importar, porque o Estado judeu tende a ser apoiado pelos professores, bancos de investimento, os jornalistas, os cirurgiões, magnatas imobiliários, advogados, professores e outras pessoas comuns que formam a base ativista dos grupos defensores de Israel nos Estados Unidos (PETRAS, 2006).

Veremos a seguir que durante os governos Ronald Reagan a George W. Bush, o lobby judeu (principalmente o AIPAC) esteve relacionado às ações do governo dos EUA perante o conflito Israel-Palestina, principalmente na expansão israelense nos Territórios Palestinos Ocupados. Será apresentado o posicionamento de apoio do grupo pró-Israel e EUA ao Estado judeu nas violações da paz, da democracia, dos direitos humanos, das decisões dos tribunais internacionais e das resoluções de Nações Unidas.

4.1 GOVERNO RONALD REAGAN (1981-1989)

A eleição presidencial que elegeu Reagan em 1980 teve grande participação da comunidade judaica, 39% deles votaram em Ronald Reagan como presidente. Considerado o melhor desempenho de um candidato presidencial republicano entre os judeus desde os 40% de Dwight Eisenhower no ano de 1956. Os outros 61% dos judeus votaram a favor do presidente e candidato democrata Jimmy Carter (GOLDBERG, 1997).

Segundo Greg Felton (2010), o resultado foi considerado o menor percentual de um candidato democrata nos últimos 80 anos, o que indicou que nem sempre os democratas tinham o voto dos judeus americanos. Mesmo com o apoio de parte da comunidade judaica nos EUA, o início do governo Reagan não estava muito preocupado com temas da política externa.

Jonhathan Jerery Goldberg (1996) afirma que a primeira relação entre a administração Reagan com o lobby de Israel ocorreu durante a batalha AWACS (*Airborne Warning and Control System*) de 1981.⁴¹ O governo formou dois pensamentos sobre a experiência. A primeira era de que os defensores de Israel poderiam ser um adversário. A segunda foi de que o lobby poderia ser um amigo formidável.

Sendo assim, alguns dias após a votação do senado sobre AWACS, representantes do governo passaram a procurar os funcionários da AIPAC com objetivo de convidá-los para fazerem parte do planejamento de política do governo nacional. Em troca do apoio do AIPAC, a administração Reagan passou a ser uma das mais pró-Israel da história dos EUA.⁴² Por conseguinte, durante o outono de 1981, o governo de Israel assinou um pacto militar formal inédito com Washington, convertendo-se em um grande parceiro dos EUA (GOLDBERG, 1996). Através dessa aliança entre os dois países, percebe-se que o poder de influência do lobby judeu reverteu a ideia do começo da administração Reagan, de não se preocupar com os assuntos da política global.

Todavia, Greg Felton (2010) afirma que mesmo com os EUA selando acordos com Israel, surgiram desafios entre a relação dos dois países. Durante a invasão israelense do Líbano em 06 de junho de 1982 muitos assessores do presidente Reagan criticaram a iniciativa de Israel. Em 1 de setembro do mesmo ano, o líder estadunidense fez um discurso conhecido como o Plano de Reagan, onde pediu negociações diretas entre o Israel e os Estados árabes, autonomia palestina, mas não um Estado palestino independente, e a manutenção de Jerusalém como uma cidade indivisa, com o seu estatuto final a ser negociado.

Em resposta as palavras de Reagan, o primeiro ministro israelense Menachem Begin (1977-1983), enviou uma carta para o presidente estadunidense, reclamando da declaração do líder americano sobre a liberdade da Palestina. Além disso, para reafirmar seu posicionamento contrário ao dos EUA, Israel anunciou que teria gasto superior a US\$ 18 milhões no levantamento de novos assentamentos. (FELTON, 2010)

⁴¹ Foi à venda de aviões de vigilância para a Arábia Saudita, que sofreu objeções da maioria dos americanos, dos proeminentes senadores, do Estado de Israel e do lobby judeu (GOLDBERG, 1996).

⁴² Como já citado no capítulo anterior, foi no governo de Reagan que os Estados Unidos começaram a fornecer US\$ 3 bilhões em subsídios anuais (MEASHEIME; WALT, 2007).

Segundo relatos de Paul Findley (2006), durante o verão de 1982, Israel invadiu o Líbano com propósito de expulsar a *Palestine Liberation Organization* (PLO, Organização para a Libertação da Palestina) do país árabe. Na segunda quinzena do mês de junho daquele mesmo ano, os militares israelenses utilizaram armas doadas pelos Estados Unidos e bombardearam durante 2 meses a cidade de Beirute, matando 18.000 árabes inocentes. A mídia internacional, controlada boa parte pelos grupos pró-Israel, deu pouca atenção para a atrocidade, o que gerou um maior sentimento antiamericano na região árabe. Mesmo com o assassinato de milhares de árabes, o Congresso estadunidense votou imediatamente a favor de fundos para restaurar o estoque de munições das forças israelenses consumidos na ofensiva.

Greg Felton (2010) argumenta que apesar do ataque a Beirute em junho, o governo Israelense nos dias 16 e 18 de setembro consentiu o assassinato de 2 mil refugiados palestinos nos campos de Sabra e Shatila pela milícia maronita, para retaliar o homicídio do recém-eleito presidente do Líbano e líder falangista, Bachir Gemayel (1982). Consentiu porque a área era controlada pelo exército de Israel e as forças israelenses cercavam a região, bloqueando as saídas dos campos para impedir a saída dos moradores.⁴³

Em consequência do massacre, os Estados Unidos resolveram enviar 1200 soldados para formar uma força de ajuda humanitária com objetivo de buscar a paz no Líbano. Contudo, no ano seguinte, Reagan decidiu trocar ações humanitárias por combate armado, mas o governo israelense não era a favor da entrada deles na guerra. Em 1984 os EUA se retiraram em razão das pressões internacionais e da resistência árabe.⁴⁴ Israel saiu logo em seguida, mas conquistou o sul do Líbano (FELTON, 2010).

Paul Findley (2003) relata que durante a administração Reagan, o presidente havia perdido metade dos votos dos judeus americanos e como estava pensando nas eleições de 1984, ele objetivou a aproximação com lobby de Israel para voltar a ter apoio político e financeiro do grupo. Por isso, em 1983, Reagan anunciou ajuda econômica para Israel, o presidente afirmou que Israel não necessitava mais pagar pelo suporte fornecido pelos EUA e financiou um novo plano de guerra judeu, com US\$ 250 milhões.

Deste modo, com 31% dos votos dos judeus, Reagan venceu a disputa pela reeleição presidencial no fim de 1984. No ano seguinte, durante o mês de maio o presidente recebeu a visita do rei da Jordânia Hussein em Washington. Ronald Reagan recusou o pedido do rei para pressionar o Estado de Israel a declarar ilegal a presença dos judeus nos assentamentos do

⁴³ Ariel Sharon, ministro da defesa de Israel na época, foi considerado o responsável pelo massacre, por ter falhado na proteção dos refugiados (FELTON, 2010).

⁴⁴ Sírios, libaneses e palestinos.

Território Ocupado e permitir que os palestinos vivessem na Cisjordânia e Faixa de Gaza (FELTON, 2010). Nota-se, portanto, que a recusa do presidente americano ao líder jordaniano comprova o poder do elo entre o lobby judeu e os Estados Unidos, onde Israel é sempre o principal beneficiado.

4.2 GOVERNO GEORGE H.W. BUSH (1989-1993)

A administração de George Bush sucedeu a de Ronald Reagan, com apoio de 35% de judeus americanos. A política externa do novo governo tinha como objetivo a estabilidade no Oriente Médio e, por isso, o presidente durante o seu mandato arriscou ao pressionar Israel para acabar com a colonização na Cisjordânia e a defender um Estado da Palestina. Em razão disso, o lobby judeu surgiu como um dos mais fortes oponentes do governo Bush quando o assunto a ser discutido no Capitólio era Israel-Palestina (SNIEGOSKI, 2008).

Stephen J. Sniegoski (2008) afirma que foi no decorrer da primavera de 1991, que surgiu o primeiro conflito de Bush contra Israel e o lobby judeu americano. Isto porque, o governo judeu e os grupos pró-Israel, pediram empréstimo de US\$ 10 bilhões para ajudar Israel a expandir os assentamentos na Cisjordânia, que estava recebendo grande número de judeus imigrantes da União Soviética. Ademais, o primeiro ministro israelense, Yitzhak Shamir, já havia começado a construção dos assentamentos na região com uma velocidade vertiginosa, o plano do governo era aumentar a população de colonos judeus em 50% durante 2 anos.

Segundo J.J Goldberg (1997), após o fim da Guerra do Golfo (1990-1991), George H.W Bush, e seu Secretário de Estado, James Baker, não queriam que os Estados Unidos da América dessem subsídio a um projeto israelense de anexação a Cisjordânia, porque estavam otimistas com um eventual acordo de paz entre Israel e todos os árabes, incluindo os palestinos.

Em maio do mesmo ano, Baker se pronunciou durante a comissão do Comitê de Apropriações da Câmara, o secretário condenou veemente os assentamentos judaicos afirmando que não existia obstáculo maior para a paz na região do que os assentamentos. Após o pronunciamento, o governo do primeiro ministro de Israel Yitzhak Shamir (1986-1992) e os lobistas judeus resistiram fortemente aos esforços da administração de George H.W. Bush contra a presença dos judeus na Cisjordânia (SNIEGOSKI, 2008).

Ademais, no dia 12 de setembro de 1991, o presidente resolveu se pronunciar durante uma coletiva de imprensa, onde pediu ao Congresso um atraso de 120 dias antes de considerar o pedido de empréstimo israelense de US\$ 10 bilhões exigido por Sharmir. Bush tomou uma atitude inédita e resolveu falar diretamente sobre a pressão do lobby judeu nos Estados Unidos,

afirmando que:

Eu estou contra algumas forças políticas poderosas, mas devo dizer aos americanos o quão forte eu me sinto sobre o diferimento. Eu ouvi hoje que havia algo como mil lobistas no Capitólio trabalhando do outro lado da questão. Nós temos aqui um pequeno homem solitário. (DORRIEN, 1993, p.174)

De acordo com Stephen J. Sniegowski (2008), o comentário foi considerado por muitos líderes judeus como antissemita, o que provocou uma onda de cartas e comentários das organizações pró-Israel para o presidente, que mais tarde pediu desculpas, mas não obteve muito sucesso. Como em 1992 as eleições presidenciais estavam se aproximando, a administração Bush, com objetivo de conquistar novamente o apoio dos judeus americanos, anunciou em junho que os EUA iriam fornecer as garantias de empréstimos a Israel e conseqüentemente o governo judeu investiu na expansão dos assentamentos nos Territórios Palestinos Ocupados (SNIEGOSKI, 2008).

Todavia a concessão do presidente não ganhou nenhum apoio pró-Israel. Os lobistas já tinham o seu candidato para apoiar, o democrata William “Bill” Clinton, que em sua campanha atacou o governo Bush por intimidar Israel e venceu a disputa eleitoral. Segundo Paul Findley (2003,) quando o filho de George H. W Bush, George W. Bush assumiu a presidência dos EUA em 2001, ele afirmou que seu pai havia cometido erro político por não dar suporte ao Estado de Israel, e tal ato contribuiu com o insucesso da reeleição.

4.3 GOVERNO WILLIAM “BILL” CLINTON (1993-2001)

Greg Felton (2010) relata em sua obra *The Host And The Parasite*, que a vitória de Clinton foi considerada como a campanha que mais obteve apoio dos judeus entre os candidatos democratas. Segundo o *American Jewish Congress* (AJC, Congresso Judeu Americano), 80% dos judeus americanos votaram em Clinton, já o outro candidato, Bush, conquistou apenas 11% dos votos. Diante de tanto apoio, o governo Clinton ficou conhecido por reforçar o poder dos judeus nos Estados Unidos, reforço esse que ficou evidente com o alto número de funcionários judeus trabalhando na administração do Estado (GOLDBERG, 1997).

Foi à primeira vez na história americana que os judeus americanos passaram a ter grande presença explícita no governo nacional. Robert Rubin, Lawrence Summers, Daniel Glickman, Michael Kantor e Robert Reich eram os 5 judeus que faziam parte do gabinete de Clinton. Além disso, os indicados de Clinton para a Suprema Corte, Stephen Breyer e Ruth Bader Ginsburg e muitos outros funcionários de nível de gabinete, como embaixador na ONU, Richard

Holbrooke, o Conselheiro de Segurança Nacional, Samuel Berger, o representante de Comércio, Charlene Barshevsky e o Diretor da OMB, Jack Lew, eram judeus (MAISEL; FORMAN; ALTSCHILLER, 2001).

Segundo Greg Felton (2010), desde os seus primeiros dias no cargo, Clinton teve um intenso interesse no processo de paz do Oriente Médio. Por isso, em 20 de agosto de 1993, o presidente foi o mediador dos Acordos de Oslo, onde os israelenses e palestinos negociaram pelo término dos conflitos entre os dois países; a abertura dos acordos sobre os Territórios Ocupados; a retirada de Israel do sul do Líbano; o reconhecimento da PLO como representante do povo palestino e a questão do status de Jerusalém. Clinton combinou com Yasser Arafat (1969-2004), líder da PLO e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin (1992-1995), para assinarem o processo da Declaração de Princípios dos Acordos de Paz de Oslo no gramado da Casa Branca, em 13 de setembro, do mesmo ano (FELTON, 2010).

De acordo com os relatos de Clyde Mark (2004), por um certo momento houve um ambiente pacífico entre Israel e Palestina, é tanto que em 1994 Arafat, Rabin e Shimon Peres, ministro das relações exteriores israelense, ganharam o prêmio Nobel da Paz. Contudo, a situação não se manteve por muito tempo, no ano seguinte um fanático judeu assassinou o primeiro ministro Rabin em Tel Aviv. O Presidente Clinton compareceu ao funeral do primeiro ministro em Jerusalém no dia 6 de novembro de 1995. Em março do ano seguinte, o líder estadunidense visitou Israel e ofereceu uma ajuda de US\$ 100 milhões para atividades antiterror, e mais US\$ 200 milhões para o *Arrow*, implantação antimíssil e cerca de US\$ 50 milhões para antimíssil *laser*.

Rabin ficou conhecido por ser proclamador da paz, mas para Greg Felton (2010), o primeiro ministro não deveria receber esse título, porque ele aderiu aos acordos de Oslo apenas para conseguir parar a revolta dos palestinos na Faixa de Gaza contra a ocupação do Estado judeu na região e não proclamar a paz entre o povo palestino e israelense⁴⁵. Além do mais, o governo de Rabin violou leis internacionais e a Declaração dos Princípios, devido o aumento da presença judaica nos assentamentos da Cisjordânia, a anexação do leste de Jerusalém e também desde 1993, fomentava a destruição de residências árabes com o argumento de que seriam ilegais (FELTON, 2010).

Após a morte do primeiro ministro, Israel foi comandado durante 6 meses pelo governo provisório de Shimon Peres. Com as novas eleições, Benjamin Netanyahu (1996-1999) assumiu o cargo de primeiro ministro israelense, com uma unidade governamental formada pelos

⁴⁵ Revolta conhecida como a Primeira Intifada (1987-1993) (FELTON, 2010).

partidos Likud e Labor.⁴⁶ O novo líder do Estado judeu procurou de todas maneiras prejudicar os acordos de paz de Oslo. Assim, Netanyahu se mostrou um grande aliado do lobby judeu Americano. Em 1996, ele recebeu um documento chamado “Clean Break”, organizado pelo *Stuty Groupon a New Israeli Strategy Towar 2000* e liderado por Richard Pele, lobista judeu americano. O grupo era *think tank* do lobby de Israel, que se fazia presente em Washington e em Jerusalém (FELTON, 2010, *apud* MENEZES, 2015).

O *Clean Break* tinha como objetivo renovar o modelo sionista, para melhorar a economia de Israel e também a expressão de soberania nacional:

O documento *Clean Break* pode ser dividido em quatro partes: uma nova abordagem da paz, a paz não era algo negociável, ela deveria ser imposta independentemente das necessidades palestinas, algo similar foi idealizado por Hitler antes da Segunda Grande Guerra; mudar para uma estratégia tradicional de balance de poder, Israel gostaria de transformar as relações de poder no Oriente Médio; mudar a natureza das relações com os palestinos, os palestinos deveriam subordinar-se as ordens israelenses, tornando difícil o cumprimento do acordo de Oslo; e a construção de um nova relação entre os EUA e Israel, nessa nova relação buscava-se, na teoria, uma maior independência nas reformas econômicas por parte dos israelenses, porem na prática essa nova relação procurava retirar um pouco a vigilância dos norte-americanos sobre o Estado de Israel para que o país judaico tivesse mais liberdade para aterrorizar os palestinos, esse novo relacionamento deveria ser feito de forma minuciosa, já que os Estados Unidos controlavam os valores e economias das expansões sionistas (FELTON, 2010, *apud* MENEZES, 2015, p. 62).

De acordo com Martinus Nijhoff (1998), diversos casos apresentam o forte elo entre Bill Clinton e Israel. Um deles se referiu a construção de um assentamento próximo a Jerusalém durante os governos de Shimon Peres (provisório), em 1995 e de Netanyahu em 1997, quando o Estado judeu estava construindo o assentamento Jebel Abu Ghneim. As obras não prosseguiram na administração Peres porque o governo israelense sofreu protestos internacionais, incluindo o do presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Sergey Lavrov, que ameaçou descarrilar o processo de negociação já frágil com a PLO.

Todavia, com a vitória de Benjamin Netanyahu para primeiro ministro em junho de 1996, o quadro político de Israel tomou outra direção. Isto porque o governante judeu resolveu utilizar os argumentos do *Clean Break* em 19 de fevereiro 1997 e aprovou a volta da construção do assentamento e o nomeou como Har Homa (NIJHOFF, 1998). Sendo assim, o caso dos assentamentos judeus em Jerusalém foi denunciado e levado para ser votado em um projeto de

⁴⁶Likud é um partido conservador de direita e Labor é social democrata.

resolução (S/1997/199) no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 6 de março do mesmo ano (NIJHOFF, 1998).

A votação foi finalizada com 14 votos a favor da resolução que estabelecia os assentamentos como "ilegais e obstáculo à paz" e 1 contra, o voto contrário havia sido dos EUA, que exerceu o seu poder de veto, impediu que o Conselho de Segurança aprovasse a resolução.⁴⁷ Nota-se que os EUA ao se posicionar contra a resolução, reforçou sua relação junto a Israel, dinâmica esta historicamente perceptível.

Em razão disso, os palestinos solicitaram que a votação se estendesse à Assembleia Geral. Desta forma, no dia 14 de março de 1997 foi reaberta uma sessão especial aprovando por 130 votos contra 2 (Estados Unidos da América e Israel), a resolução 51/223 que condenava os assentamentos judeus.⁴⁸ Contudo, o Estado israelense não aceitou o resultado da resolução e continuou a construção, sem nenhuma crítica ou protesto por parte do governo de Bill Clinton (NIJHOFF, 1998).

Greg Felton (2010) afirma que em 2001 o novo líder político israelense, Ariel Sharon (2001-2006) fez uma visita cercado por mil seguranças a uma mesquita localizada no leste de Jerusalém, o que foi considerado uma provocação ao povo palestino, que logo em seguida se revoltou nos Territórios Palestinos Ocupados e causou diversos conflitos com os israelenses. Para que as tensões na região fossem amenizadas, Bill Clinton e Sharon exigiram de Arafat, líder palestino, que desse fim aos atos de violência num prazo de 2 dias.

O líder palestino não conseguiu cessar os conflitos e assim Clinton com o Congresso estadunidense, grande parte influenciado pelo lobby pró-Israel, culparam Arafat pela violência, chegando a afirmar que ele estava se beneficiando dos atos criminosos, fato este que consolidou o fim do processo de acordo de paz de Oslo (FELTON, 2010, *apud* MENEZES, 2015). Sendo assim, percebe-se que mesmo com várias tentativas de Clinton para estabelecer a paz entre Israel e Palestina, mais uma vez, Israel e o lobby judeu americano, com a ajuda do próprio presidente dos Estados Unidos conseguiu inviabilizar a paz entre os palestinos e israelenses.

4.4 GOVERNO GEORGE W. BUSH (2001-2009)

⁴⁷ Disponível em: *Security Council Fails To Adopt Resolution Calling On Israel To Refrain From East Jerusalem Settlement Activity*. <<http://www.un.org/press/en/1997/19970307.sc6335.html>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

⁴⁸ Disponível em: *Resolution Adopted By The General Assembly*. <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/252EECA3D55D2213802564AC00374540>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

George W. Bush foi o sucessor de Clinton nas eleições dos anos 2000, a relação do lobby judeu com o novo presidente iniciou-se com intensidade no outono de 2001, quando o primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon foi pressionado pelo presidente estadunidense a conter a entrada dos judeus nos Territórios Palestinos Ocupados e diminuir a violência da Segunda Intifada. Um mês depois, George W. Bush declarou-se publicamente a favor do Estado Palestino. Após o ocorrido, Sharon e o lobby judeu agiram de imediato para solucionar a tensão entre os governos americano e israelense, e assim convenceu o presidente dos EUA de que os dois países enfrentavam uma ameaça comum, o terrorismo (MEARSHEIMER; WALT, 2007).⁴⁹

Segundo Mearsheimer e Walt (2007), as organizações pró-Israel presentes nos Estados Unidos e as autoridades do alto-escalão de Israel, afirmavam que não existia diferença entre Arafat e Osama Bin Laden, sendo os dois considerados terroristas. Por isso, de acordo com os defensores do Estado judeu, os EUA e Israel deveriam isolar o líder dos palestinos, Arafat, e não manter relações políticas com ele. Esse posicionamento foi reforçado em dezembro de 2001, quando Sharon se pronunciou “ao país defensor de Israel de longa data”: “Os Estados Unidos estão em uma guerra contra o terror. Nós em Israel estamos em uma guerra contra o terror. É a mesma guerra” (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p.131).

Antes do pronunciamento de Bush, favorável ao Estado palestino, Sharon já se mostrava preocupado com as estratégias da política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio. No dia 14 de setembro, após os ataques terroristas nos EUA, Sharon ligou para líderes judeus americanos, relatou que estava preocupado porque o governo Bush iria tratar Arafat diferente de Bin Laden e que Israel sofreria com a rigidez da administração americana, porque os Estados Unidos queriam o apoio dos árabes durante a guerra contra o terror. (MEARSHEIMER; WALT, 2007)

John Mearsheimer e Stephen Walt (2007) afirmam que a conversa de Sharon resultou em uma carta aberta do projeto *New American Century* a Bush no dia 20 de setembro, que descrevia Israel como grande aliado dos Estados Unidos contra o terrorismo e pedia colaboração ao “amigo da democracia”. Além disso, foi solicitado o fim do apoio a Autoridade Palestina. O documento foi assinado por neoconservadores, como William J. Bennett, Eliot Cohen, Aaron Friedman Berg, Reuel Marc Gerecht, Robert Kagan, Charles Krauthammer,

⁴⁹De acordo com Leonard Weinberg e Ami Pedahzur (2004, p.778), o terrorismo é uma tática de motivação política envolvendo a ameaça ou uso da força ou a violência em que a busca de publicidade desempenha um papel significativo. Tradução nossa.

Jeane Kirk Patrick, William Kristol, Richard Perle, e Norman Podhoretz.

Mearsheimer e Walt (2007) tecem um comentário em sua obra *The Israel Lobby*, sobre o trabalho dos grupos pró-Israel nos corredores do Congresso americano para impedir apoio a Palestina:

Em 16 de novembro, 89 senadores enviaram a Bush uma carta elogiando-o por se recusar a se encontrar com Arafat até que o líder palestino tomasse as medidas necessárias para acabar com a violência palestina contra Israel. Eles também exigiram que os Estados Unidos não restringissem Israel de retaliar os palestinos. (...) De acordo com o New York Times, a carta "resultou de uma reunião há duas semanas entre os líderes da comunidade judaica americana e senadores importantes", acrescentando que o AIPAC foi "particularmente ativo no fornecimento de conselhos sobre a carta" (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 207).

No final de novembro de 2001, as relações entre o governo dos EUA e Israel haviam melhorado, em virtude da atuação do lobby, e também da vitória inicial dos Estados Unidos na invasão do Afeganistão, que fez com que o país americano não necessitasse do apoio árabe para combater o terrorismo da Al Qaeda. No mês seguinte Ariel Sharon teve uma reunião amigável com Bush na capital estadunidense (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Mearsheimer e Walt (2007) relatam que antes do começo do encontro entre as duas autoridades, a Força de Defesa de Israel atacou alvos na Faixa de Gaza em resposta a três atentados suicidas em território israelense. O presidente Bush, não criticou e nem pediu de contenção dos atos, ao contrário do que havia acontecido em setembro. No entanto, o presidente americano exigiu que Arafat atuasse mais contra o fim do terrorismo em Israel. E o porta-voz da Casa Branca pronunciou-se, destacando Israel como um governo legítimo e detentor do direito de viver em segurança.

Para Oliver (2005), o início de 2005 parecia ser o momento certo para a paz entre Israel e a Autoridade Palestina. Em janeiro os dois lados reconheceram o direito do outro de existir. O líder palestino do Fatah, Mahmoud Abbas (2005-2016) negociou com o Hamas e Jihad Islâmica uma cessação de hostilidades contra o Estado israelense. Em fevereiro Abbas e Sharon se encontraram em uma reunião em Sharm El Sheik no Egito, onde acordaram um cessar-fogo, com Israel prometendo libertar 900 prisioneiros palestinos e iniciar a retirada gradual dos territórios ocupados. O primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, chegou a afirmar que "Israel iria cessar toda a sua atividade militar contra todos os palestinos em todos os lugares" (OLIVER, 2005, *apud* HANSEN, 2008).

Um fato curioso relatado por Miles Hansen (2008), é que uma semana antes do

pronunciamento do cessar fogo, o presidente estadunidense George W. Bush prometeu US\$ 350 milhões em ajuda a Abbas e a secretária de Estados dos EUA, Condoleezza Rice, anunciou a nomeação do general americano general William Ward como “conselheiro de segurança” dos palestinos. A ajuda tinha como objetivo melhorara capacidade do governo de Abbas com reformas políticas, econômicas, sociais e de segurança e combater as milícias palestinas.

Abbas voltou para Palestina com objetivo de colocar o acordo em prática, controlando as milícias palestinas e cessando fogo contra Israel, para assim receber a ajuda externa dos EUA. Como havia prometido durante o discurso do Estado da União, Bush solicitou aos congressistas republicanos a aprovação do pacto de ajuda externa a Palestina, o congresso negou a ajuda, com 388 votos contra e 44 a favor. Os US\$ 350 milhões não foram doados aos palestinos, mas curiosamente, US\$ 50 milhões foram destinados a Israel para investir em um controle mais rigoroso ao longo dos Territórios Ocupados (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

De acordo com Edward Abington Jr., consultor da Autoridade Palestina em Washington, a ação do Congresso foi uma grande derrota e um revés surpreendente com Abbas. O embaixador de Israel nos EUA, Danny Ayalon, afirmou que Abbas tinha sido decepcionante porque não foi capaz de enfrentar os grupos militantes palestinos, isso porque, menos de 20 dias depois do acordo ocorreu um ataque suicida, atribuído a *Jihad* Islâmica, em TelAviv, o que comprometeu o novo esforço de Paz (KESSLER, 2005).

McArthur (2005) afirma que o AIPAC estava envolvido nas negociações do pacto entre EUA a Palestina, pressionando os deputados e senadores. Foi investigado e notado que os maiores defensores das restrições aos auxílios a Abbas foram os congressistas mais beneficiados pelos grupos defensores de Israel nos últimos anos, como Tom Delay e Nita Lowey (HANSEN, 2008).

Miles Hansen (2008), em *The Israel Lobby and the Israeli-Palestinian Peace Process*, tece um comentário sobre o esforço de Bush a ajuda a Palestina e a influência do lobby na rejeição a assistência no Congresso:

A administração Bush tinha assegurado a Abbas que a ajuda EUA seria enviada para reforçar a Autoridade Palestina (AP), mas o poderoso lobby de Israel converteu a política de modo que no final, a AP foi afetada negativamente. Não só a falta de fundos esperados enfraqueceu a AP, mas a rejeição de Washington também corroe o apoio público entre os palestinos com os líderes que tinham justificado repressão aos companheiros palestinos com promessas de apoio político extremamente necessário e ajuda econômica/humanitária dos EUA (HANSEN, 2008, p.12).

Stephen J. Sniegoski (2008) afirma que apesar do revés no acordo com os EUA, em maio e junho Abbas continuou a combater as facções militantes presentes nos Territórios Ocupados, mesmo com menor capacidade para manter a estabilidade na região. Todavia, no meio do ano, já era claro que as relações entre Israel e a Autoridade Palestina estavam se estremecendo. Israel tomou medidas unilaterais indo contra as promessas de paz, como a aprovação da construção do muro de separação ao redor de Jerusalém Oriental e a retirada da Faixa de Gaza, prometida no acordo em 8 de fevereiro, ocorreu sem a garantia de uma transição tranquila.

Embora no começo do governo Bush houvesse esforços entre os três países para solucionar o conflito, o fim não foi como eles imaginavam, em virtude dos atentados a Israel, da influência do AIPAC na política americana e da atitude do Estado judeu referente a construção do muro. Ademais, após 11 meses do cessar-fogo o Hamas venceu as eleições parlamentares na Palestina, o que contribuiu mais ainda com o impedimento do esforço em busca da paz. (HANSEN, 2008)

De acordo com James Petras (2006), em dezembro do ano de 2005, ocorreram as eleições mais democráticas ocorridas no Oriente Médio, no qual o partido Hamas venceu as eleições da Assembleia Legislativa palestina, conquistando 74 dos 133 lugares. Todavia, Mahmud Abbas manteve a Presidência. Antes que o presidente George W. Bush fosse repreendido pelo lobby judeu, o líder americano reconheceu o caráter democrático do processo eleitoral na Palestina. Ao mesmo tempo o governo israelense se opôs ao resultado eleitoral e formou através de seus lobbies nos Estados Unidos e na Europa, uma enorme campanha internacional para isolar e minar o regime recém-eleito, como fizeram com Arafat anos antes.

Sendo assim, Israel classificou o regime como "terrorista" e ignorou cessar-fogo unilateral palestino e aumentou os ataques militares em Gaza, ao invés de reconhecer o mandato democrático do Hamas (PETRAS, 2006).⁵⁰ Por sofrer influência do lobby judeu e do governo israelense, os EUA junto à União Europeia (UE) puniram o povo palestino por terem elegido o Hamas e estabeleceram um isolamento diplomático e bloqueio econômico a região. Ademais, o fim do embargo só iria acontecer caso o Hamas reconhecesse Israel, aceitasse os acordos passados assinados pelo Fatah e acabasse com o uso da violência como instrumento político (CORTES, 2008).

O autor James Petras (2006) afirma em seu livro *The Politics of Empire: The US, Israel and the Middle East*, que a democracia na Palestina, o papel dos cidadãos na eleição e a negação

⁵⁰ De acordo com Cortês (2008), o Hamas se opôs aos acordos de Oslo afirmando que o acordo não abordava os direitos básicos dos palestinos, todavia o partido ficou ciente que era necessária uma solução política para o conflito contra Israel, por isso aderiu ao cessar-fogo de 2001, 2002, 2003 e 2005-2006.

ao Hamas tornaram não só Israel como um inimigo para a sociedade árabe pluralista, mas também o lobby judeu nos Estados Unidos:

Obviamente, o mesmo se aplica às grandes organizações judaicas nos EUA - AIPAC, ADL, os presidentes das organizações importantes, defenderam o ataque de Israel sobre a democracia palestina, como têm feito em todas as outras políticas, não importa quão injusto seja, como no assassinato de crianças palestinas e famílias. A animosidade israelense a democracia árabe é amplamente transmitida para o corpo político dos EUA por seus seguidores sionistas nos lobbies, governo, mídia e negócios (PETRAS, 2007, p.52).

No verão de 2006, Israel invadiu e bombardeou Gaza, pois os palestinos haviam capturado um soldado israelense, o governo estadunidense não criticou a atuação de Israel, pelo contrário, foi de acordo com o discurso israelense, “não há parceiro do lado da Palestina enquanto o Hamas tem ministros na Autoridade Palestina” (MEARSHEIMER; Walt, 2007, p.187). Em virtude de tais fatos, Mearsheimer e Walt (2007) se questionam se essa atitude do governo dos Estados Unidos foi porque o lobby não permitia o diálogo com a Palestina ou porque os EUA queriam evitar os movimentos islâmicos a exercerem uma governança eficaz.

Para Mearsheimer e Walt (2007), o fato de Israel desafiar os Estados Unidos e influenciar o Capitólio nas questões envolvendo a Palestina, é uma ilustração clássica da política dos grupos de interesse (lobby). Mesmo que a opinião pública estadunidense seja a favor de um acordo justo para solucionar o conflito entre os palestinos e israelenses, compreende-se, que os grupos do lobby pressionam os políticos eleitos para reverter a situação. As preferências políticas do lobby na maioria das vezes são mais propensas a ganhar, mesmo que elas não sejam convenientes para o governo dos Estados Unidos e sua política externa, e até mesmo para Israel.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora discutido, desde o começo do século XX as organizações sionistas americanas foram protagonistas na fundação do Estado israelense. O desejo de uma minoria defensora de um lar nacional judeu passou a ser um dos assuntos de maior preponderância da agenda da política externa do governo dos Estados Unidos. Essa conquista contribuiu para que anos depois, surgisse o lobby judeu, formado por grupos com interesses pró-Israel difundidos em todos os EUA. O lobby pró-Israel foi ainda responsável por convencer o governo americano a apoiar o Estado judeu desde sua longa luta com os palestinos e contra outros movimentos ou Estados que estivessem em desacordo com Israel.

O lobby judeu ajuda a preservar a aliança entre EUA e Israel. E com sua influência no Capitólio, na mídia internacional e na comunidade cristã sionista procura assegurar que o poder americano promova os interesses do Estado Judeu no Oriente Médio e principalmente nos Territórios Palestinos Ocupados, onde os Estados Unidos passou a ser o maior apoiador da expansão dos assentamentos judeus e cúmplice dos crimes perpetrados contra os palestinos.

A história tem mostrado que o apoio do governo estadunidense a Israel traz mais prejuízos para a política externa do país do que benefícios. Isto porque as relações dos Estados Unidos com os países aliados do Oriente Médio foram degradando-se ao longo das últimas décadas, em razão do apoio norte-americano à colonização judaica dos Territórios Palestinos. Além do mais, a segurança estadunidense torna-se vulnerável com a aliança, fato este que concorre para o aumento do número de extremistas antiamericanos nos Estados árabes.

Tendo em vista que o lobby judeu e Israel defendem a ajuda dos Estados Unidos para manter a segurança no Estado judeu, alegando ser a única “democracia” no Oriente Médio que está sob ameaça dos vizinhos “inimigos”, o poder dos grupos pró-Israel e governo americano devem buscar soluções que proporcionem uma paz justa, digna e duradoura entre os israelenses e palestinos. De modo a instituir entre esses povos ideias pacíficas contra o extremismo, ao contrário do que é praticado na atualidade.

O lobby de Israel deveria assumir a postura de principal defensor dessa solução pacífica, porque mesmo os EUA trabalhando para melhorar a sua imagem no Oriente Médio com os acordos de paz entre Israel e Autoridade Palestina, não conseguiu resolver as tensões na região, a exemplo do que ocorreu durante as administrações dos presidentes George H. W. Bush e Bill Clinton que exerciam a diplomacia considerável para intermediar soluções de paz entre israelenses e palestinos, como o Acordo de Oslo. Contudo, as tentativas foram fracassadas em razão dos posicionamentos contrários do lobby de Israel e do governo israelense.

Com a garantia do apoio dos cristãos sionistas americanos, de parte da mídia internacional, de alguns congressistas estadunidenses e do lobby judeu em si, o Estado israelense desafia a opinião pública mundial, faz crítica às organizações humanitárias e aos líderes das associações dos direitos humanos que são contrários a política do país e o pior de tudo, continuam o projeto de assentamentos nos Territórios Palestinos Ocupados, fazendo com que a cada ano, os palestinos se distanciem do sonho de formar o seu Estado soberano.

Em suma, o lobby judeu acredita estar fazendo o melhor para Israel com sua capacidade de convencer o Capitólio a dar suporte ao país judeu, na construção dos muros, na expansão dos assentamentos, na violação de acordos internacionais e etc. Todavia, a crítica que Israel sofre por parte dos países do Oriente Médio, por cercear o direito dos palestinos quando do

aumento dos assentamentos judeus no Território Ocupado, poderia acabar se o governo israelense e os grupos pró-Israel dos Estados Unidos, compreendessem que tal ação não beneficia a população israelense, uma vez que só aumenta a tensão e os conflitos no país.

REFERÊNCIAS

BBC. EUA e Irã anunciam acordo nuclear; para Israel, é 'erro histórico'. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150714_iraueaacordo_abc>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

BAHNASSY, Heba. **Understanding The Evolution Of The Israel Lobby's Influence On U.S. Foreign Policy.** Disponível em: <<http://dar.aucegypt.edu/bitstream/handle/10526/4708/Thesis%20Final%20Draft%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

BARD, Mitchell Geoffrey; SCHWARTZ, Moshe. **1001 Facts Everyone Should Know about Israel.** New York, 2005.

BEEHNER, Lionel. **How Proxy Wars Work and What That Means for Ending the Conflict in Syria.** Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-11-12/how-proxy-wars-work>> Acesso em 18 de outubro de 2016.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os Principais Motivos Que Geraram Os Conflitos Entre Israelenses E Árabes Na Palestina (1897-1948).** Disponível em: <http://www.pucrs.br/ffch/neroi/mono_revista.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

COHEN, Naomi Weiner. **The Americanization of Zionism, 1897-148.** Jewish Studies. UPNE, 2003.

CORTES, Eduardo. **O bloqueio à Faixa de Gaza e conversações sobre um cessar-fogo.** PUC. Minas Gerais, 2008.

DENOVO, John A. **American Interests and Policies in the Middle East, 1900-1939.** University of Minnesota Press, 1963.

DORRIEN, Gary. **Neoconservative Mind: Politics, Culture, and the War of Ideology.** Temple University Press, 1993.

DUMKE, David. **A view from the inside: Congressional decision-making and Arab-Israeli Policy.** Center Contemporary Arab Studies. Edmund A. Walsh School of Foreign Service. Georgetown University: Washington, DC. 2006.

FELTON, Greg. **The Host & The Parasite: How Israel's Fifth Column Consumed America.** United States of America. Bad Bear Press, 2010.

FINDLEY, Paul. **They Dare to Speak Out: People and Institutions Confront Israel's Lobby.** Chicago. Lawrence Hill Books, 3ed, 2003.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus.** Rio de Janeiro, Editora Record LTDA, 2000.

FORMAN, Ira N.; ALTSCHILLER, Donald. **Jews in American Politics**. Rowman & Littlefield, 2001.

FREEDMAN, Benjamin H. **A Jewish Defector Warns America**. Speech. Washington D.C. 1961.

GOLDBERG, Jonhathan Jerery. **Jewish Power - Inside the American Jewish Establishment**. Washington D.C, 1996.

GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel** - Dissertação de Mestrado USP. São Paulo, 2001. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759>.

GORODETSKY, Gabriel. **The Soviet Union and the Creation of the State of Israel**. Incumbent of the Rubin Chair for Russian Studies. Tel Aviv, 2001

GOVRIN, Yosef. **Israeli–Soviet Relations, 1953–67: From Confrontation to Disruption**. 1st ed. Portland: Frank Cass, 1998.

HANSEN, Miles. **The Israel Lobby and the Israeli-Palestinian Peace Process**. Sigma, 2008

JANSEN, Michael E. **The three basic American decisions on Palestine**. Palestine Liberation Organization, Research Center, 1971.

JAWAD, Ahmed; KLEINE, Dr. Georg. **The Great Orientalist Bernard Lewis**. University of South Florida. 2012

JONES, David [et al]. **U.S. Policies and Objectives relating to the Israeli Palestinian Conflict**. 2012.

KARSH, Efraim. **Fabricating Israeli History: The New Historians**. Frank Cass, London, 1997.

KESSLER, Glenn. **Restrictions imposed on aid to Palestinians: Bill avoids directing funds to authority**. The Washington Post, 2005.

KOLSKY, Thomas A. **Jews against Zionism: the American Council for Judaism, 1942-1948**. Philadelphia: Temple UP, 1990.

KONZEN, Carina de Almeida. **Do Sionismo à guerra do Yom Kippur – Uma Análise das Quatro Guerras Israelo-Árabes**. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/754/1/2014CarinadeAlmeidaKonzen.pdf>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

MARK, Clyde R. **Israeli-United States Relations**. Congressional Research, 2004.

MENEZES, César Xavier Bezerra de. **A construção e o desenvolvimento das relações entre Israel e os Estados Unidos** [manuscrito]. César Xavier Bezerra de Menezes. 2015.

MCARTHUR, Shirl. **House tries to restrict aid for Palestinians.** Washington Report on Middle East Affairs, May/June 2005, 28.

MEARSHEIMER, WALT, John J; Stephen M. Walt. **The Israel Lobby.** Nova Iorque. Farrar, Satrausand Giroux, 1ed, 2007.

MEARSHEIMER, John. **The Lobby Falters,** Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v31/n06/john-mearsheimer/the-lobby-falters>> Acesso em 18 de outubro de 2016.

MERKLEY, Paul Charles. **American Presidents, Religion, and Israel.** Greenwood Publishing Group, Inc., 2004

MURPHY, Bruce Allen. **The Brandeis/Frankfurter Connection: The Secret Political Activities of Two Supreme Court Justices.** New York: Oxford UP. 1982.

NEFF, Donald. **Fallen Pillars: U.S. Policy towards Palestine and Israel since 1945,** Reprint ed. Washington D.C. 1995

NIJHOFF, Martinus. **The Palestine Yearbook of International Law, 1996-1997.** United States of America, 1998.

OLIVER, Mark. **Sharon and Abbas agree to ceasefire.** Disponível em: www.guardian.co.uk/international/story/0,1408349,00.html Acesso em 18 de outubro de 2016.

PETRAS, James. **The Power of Israel in the United States.** Atlanta. Clarity Press, Inc. 2006.

PLITNICK, Mitchell; TOENSING, Chris. **The Israel Lobby in Perspective.** 2007. Disponível em: <<http://www.merip.org/mer/mer243/israel-lobby-perspective>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

SAYIGH, Yezid; SHLAIM, Avi. **The Cold War and the Middle East.** Clarendon Press, Seiten, 1997

SARNA, Jonathan. **Louis D. Brandeis: Zionist Leader.** Brandeis Review. Winter, 1993.

SAUNDERS, Harold H. **The Other Walls: The Arab-Israeli Peace Process in a Global Perspective,** 2015.

SCHMIDT, Sarah. **The Parushim: A Secret Episode in American Zionist History: A Secret Episode in American Zionist History, American Jewish Historical Quarterly.** New York, 1975.

SCHNEER, Jonathan. **The Balfour Declaration: The Origins of the Arab-Israeli Conflict.** Random House Publishing Group, 2010.

SCHWARTZ, L.W. **The Menorah Treasury.** MenorahJournal, p. 51, 1965.

SNIEGOSKI, Stephen J. **The transparent Cabal: The Neoconservative Agenda, War in the Middle East, and the National Interest of Israel.** Enigma Editions, 2008.

STEPHENS, Elizabeth. **U.S. Policy Towards Israel.** Portland, Oregon: Sussex Academic Press, 2006.

STEVEN. **How Influential Is AIPAC On US Foreign Policy?** 2015. Disponível em: <http://www.dailykos.com/story/2015/7/2/1398443/-How-Influential-Is-AIPAC-On-US-Foreign-Policy>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

RADOSH, Ronald; RADOSH, Allis. **A Safe Haven: Harry S. Truman and the Fouding of Israel.** Happer Collins, 2009.

TIVNAN, Edward. **The Lobby: Jewish Political Power and American Foreign Policy,** 1988.

WAXMAN, Dov. **The Israel Lobbies: A Survey of the Pro-Israel Community in the United States.** Israel Studies Forum, Volume 25, 2010.

WEIR, Alison. **Against Our Better Judgment. The hidden history of how the United States was used to create Israel.** Estados Unidos. Create Space Independent Publishing Platform. 1ed, 2014.